

COMPROMISSO COM O FUTURO

ORGANIZAÇÃO DE CANDIDATURAS SOCIALISTAS



RENATO CASAGRANDE

COMPROMISSO COM O FUTURO
ORGANIZAÇÃO DE CANDIDATURAS SOCIALISTAS

RENATO CASAGRANDE

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Renato Casagrande

Diretor Administrativo

Milton Coelho da Silva Neto

Diretor Financeiro

Renato Xavier Thiebaut

Diretor de Assessoria

Jocelino Francisco de Menezes

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE

Carlos Siqueira

Serafim Corrêa

Dalvino Troccoli Franca

Kátia Born

Álvaro Cabral

Adilson Gomes da Silva

Paulo Afonso Bracarense

Manoel Alexandre

Bruno da Mata

James Lewis

Silvânio Medeiros do Santos

Francisco Cortez

Gabriel Gelpke

Joilson Cardoso

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer

Ana Lúcia de Faria Nogueira

Gerson Bento da Silva Filho

EQUIPE FJM

Coordenação da Escola Miguel Arraes

Adriano Sandri

Assessoria de Comunicação

Handerson Siqueira

Luciana Capiberibe

Coordenação Editorial

Márcia H. G. Rollemberg

Editoração

Quanta Consultoria,

Projetos e Editora Ltda.

Revisão

Natália Tissiani Calderón

Impressão

Qualidade Gráfica e Editora

Tiragem

1ª Edição - 3.000 exemplares

Reimpressão - 3.000 exemplares

Ficha catalográfica

DOX Gestão da Informação.

Wilians Juvencio da Silva CRB 620 - 1ª Região

Versão Digital



C334c

Casagrande, Renato.

Compromisso com o futuro: organização de candidaturas socialistas / Renato Casagrande. – Brasília: Editora FJM, 2016.

76p.; 17 x 25 cm; il., color.

Organizador: Quanta Consultoria.

ISBN: 978-85-60441-21-1

1. Curso de formação 2. Política. I. Título, II. Casagrande, Renato, II. Quanta Consultoria.

CDD 320 / CDU: 32

SUMÁRIO

1

PRINCÍPIOS DO SOCIALISTA

Compromisso Ético | Transparência | Responsabilidade Fiscal
| Responsabilidade Social | Participação Popular | Igualdade
| Liberdade | Fraternidade | Equidade | Sustentabilidade |
Justiça **[Página 7]**

2

PROGRAMA DE GOVERNO

Passo a passo: 1. Formar grupo de trabalho | 2. Levantar
marcos legais | 3. Consolidar pré-diagnóstico | 4. Discutir
problemas com a população | 5. Redação do Programa de
Governo | 6. Entrega do Programa | 7. Constituição do Comitê
de Apoio **[Página 17]**

3

POLÍTICAS PÚBLICAS

Prioridades de Governo | Educação | Saúde | Reforma Urbana
| Saneamento Básico | Reforma Tributária | Segurança
Pública | Combate à Pobreza | Assistência Social | Meio
Ambiente | Atitudes Socialistas | Da candidatura ao Governo
[Página 33]

4

METODOLOGIA PARA GOVERNAR

Detalhamento do Modelo de Gestão Realiza + | Construção do Mapa Estratégico | Constituição dos Comitês estratégicos | Escritório de Projetos | Estruturação e Gerenciamento de Programas e Projetos [**Página 49**]

5

BANDEIRAS NACIONAIS DO PSB

Desenvolvimento Sustentável • Mudanças Climáticas • Infraestrutura • Política Industrial • Reforma Tributária • Economia Criativa Empreendedorismo • Desenvolvimento Regional | Reforma do Estado • Novo Federealismo • Reforma Política • Parlamentarismo | Educação Pública | Ciência Tecnologia e Inovação | Políticas Sociais • Reforma Urbana • Regularização Fundiária | Partido, Estado, governo, sociedade civil e movimentos populares [**Página 61**]

APRESENTAÇÃO

A organização de candidaturas é um tema complexo, sobre o qual há pouca ou quase nenhuma literatura. A rigor, ao longo da campanha há pouco tempo para a reflexão sobre o assunto e, superada esta fase, há o Governo para cuidar, ou a recomposição das forças que animaram a candidatura, que seguramente se abatem com a derrota eleitoral, se ela ocorre.

Tratar dessa temática nos parece, contudo, essencial à qualidade da democracia que desejamos praticar, porque há uma evidente linha de continuidade entre a candidatura – ou seja, o Programa de Governo, as relações do(a) candidato(a) com sua base de apoio, a forma como interagiu com a população – e o Governo em sentido próprio. Dito de outro modo, as condições em que foi possível vencer estabelecem um quadro geral de possibilidades, do qual o ato de governar não pode se afastar, sob pena de se tornar pouco sustentável.

O momento pelo qual passamos, em que se apresenta ao País uma crise pluridimensional – com componentes políticos, econômicos e éticos – atesta a importância fundamental do período de tempo em que se inscreve a campanha e seus vínculos inafastáveis com o que virá a ser o Governo.

O percurso que se faz na presente publicação procura, nesse contexto, indicar os elementos que possibilitam construir candidaturas democráticas e republicanas, que sejam efetivamente a base a partir da qual se concretizam as pautas pactuadas com o eleitorado.

A reflexão é articulada a partir da perspectiva do socialismo democrático que orienta o PSB o que, antes de limitar o interesse aos filiados do Partido ou seus candidatos, amplia o público para todos os que se interessam pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Importa observar, nesse sentido, que segundo nos ensina Shimon Peres, o “[...] socialismo não é um dogma, [...] é uma civilização, uma atitude em relação às questões mais importantes de nossa vida. Paz. Justiça. Igualdade. Humanismo”. Homens e mulheres de bem são, portanto, mesmo sem que o saibam ou se reconheçam como tal, socialistas.

Para tratar de forma estruturada de uma temática que reconhecemos complexa, o presente documento foi dividido em cinco capítulos, iniciando-se pelos **Princípios do(a) Socialista**. A questão abordada é ao mesmo tempo simples e essencial: qualquer candidatura deve necessariamente estar alicerçada em valores, que determinam tanto pontos de partida, quanto a extensão das alianças, os compromissos possíveis, as teses que a candidatura pode abraçar e aquelas que deve recusar. Ter valores, postular princípios, permite à candidatura realizar continuamente o exercício ético da escolha responsável, sem o qual não valeria a pena.

Na sequência é abordada a elaboração do **Programa de Governo**, peça fundamental à campanha, mas igualmente ao ato de governar, pois contém o pacto, o “contrato” subscrito pelo(a) candidato(a), como servidor das causas de seus eleitores. Nunca é excessivo reforçar a importância simbólica deste documento, pois ele é a evidência mais próxima de que o ato de governar se refere a um dever formalmente contratado, a um mandato, cujo outorgante é ninguém menos que o povo.

A escolha das iniciativas de governo deve estar baseada em uma compreensão de prioridades em termos de **Políticas Públicas**, às quais se dedica o terceiro capítulo. Note-se que a proposta aqui não é tratar de todas as políticas, ou aprofundar as indicações propostas. A ideia do capítulo consiste em enfrentar com o(a) candidato(a) o dilema do que fazer, no contexto de uma candidatura alinhada com as urgências populares.

Apresentamos no capítulo subsequente uma indicação de **Método para Governar**, com base em nossa experiência no Governo do Estado do Espírito Santo. Este capítulo expressa a ideia simples de que não se deve deixar para o dia da posse a reflexão sobre o modo pelo qual o(a) candidato(a), agora eleito(a), irá governar. Sem um plano de ataque completamente concebido, o Governo pode tardar a atender a população, despertando uma resistência cuja intensidade é proporcional ao sentimento de urgência, que se vê afrontado pela inação.

Por fim, as **Bandeiras Nacionais do PSB** são trazidas a essa publicação como recurso para oferecer às candidaturas socialistas um referente claro quanto ao nosso projeto para o Brasil. Ainda que haja particularidades próprias à escala nacional, comparativamente à local, ou à esfera estadual, precisamos construir um modo de governar coerente, uma **marca**, por meio da qual o PSB seja reconhecido pelo eleitorado.

A expectativa geral que nos animou a realizar o percurso apresentado é a contribuição para o aprimoramento das práticas democráticas, que não estão limitadas às eleições. Nossa jovem democracia ainda tem a alcançar a gestão das empresas, as famílias, a condução das instituições e, entre elas, os Governos. Quanto a esse último aspecto, o PSB é pródigo em casos de êxito, de que são exemplos Pernambuco, a Paraíba, o Distrito Federal, o Espírito Santo, Piauí e Amapá. Nos próximos anos temos a possibilidade real de levar o modo de fazer do PSB ao Brasil, o que depende de cada conquista que pudermos realizar até 2018.

Renato Casagrande

Presidente da Fundação João Mangabeira

PRINCÍPIOS SOCIALISTAS

Princípios, valores e compromissos que o candidato ou candidata socialista deve ter para reivindicar o voto popular, dentre os quais se destacam compromisso ético, transparência, responsabilidade fiscal e social, participação popular, igualdade, liberdade, fraternidade, equidade, sustentabilidade e justiça.

População e agentes políticos sabem que vivemos um período complexo de nossa vida em comunidade, pensemos na escala de uma cidade pequena, ou de um país.

Há uma crise de longa duração que compromete as principais instituições democráticas — e dentre elas os partidos políticos —, além de não ser mais tão simples diferenciar conceitos de nossa história política mais elementar, como direita e esquerda, por exemplo.

É evidente, contudo, que as diferenças concretas não foram abolidas e ainda temos pobres e ricos, estes cada vez mais ricos em escala planetária. Ainda há muita injustiça e, em consequência, enorme expectativa por uma vida mais digna para todos, mais cômoda e feliz.

Em meio a esta crise e enquanto não se consiga restabelecer uma relação adequada entre as expectativas populares e as instituições por meio das quais se dá a representação política, precisamos encontrar modelos mentais e abordagens que não

desqualifiquem as diferenças e, portanto, não coloquem em uma mesma bacia as demandas de quem tem quase tudo, com as urgências das parcelas da população às quais falta o essencial.

Vale observar, nessa perspectiva, que a desqualificação da atividade política tem servido de modo muito eficaz às forças conservadoras, pois não raro implica uma lógica segundo a qual o Estado deve ser mínimo e cada um deve se virar com os meios que tiver, disputando via mercado sua sobrevivência.

Por esse motivo é fundamental pensar, no momento em que nos avizinhamos de uma disputa eleitoral, quais devem ser as virtudes, os princípios dos que guardam afinidade com o socialismo, declarem-se como tal ou não. Essa compreensão nos ajudará por certo a selecionar os candidatos que merecem apoio e entusiasmo, as alianças que se pode construir, as estratégias de disputa que de fato interessam à população.

Não se trata evidentemente de uma receita de bolo, mas de

um modo geral se associam aos socialistas os valores que indicamos a seguir.

COMPROMISSO ÉTICO

A ética nos coloca diante da responsabilidade intransferível e individual de decidir entre caminhos alternativos. Diz respeito, portanto, a não procurar a comodidade, as vantagens, o ganho, mas aquilo que é reto dentro de uma compreensão do que é o bem público.

Trata-se, portanto, de se por a serviço do que é justo, considerando-se os interesses de uma vida social fraterna, em lugar de ir ao encontro apenas do que é conveniente a um determinado indivíduo, ou grupos de interesse.

Aquele que se comporta eticamente pode inclusive se opor à moral vigente, para assegurar determinadas classes de liberdades e/ou direitos que vislumbra como inerentes ao ser humano. Não se deixa levar, portanto, pelo que dizem todos, determinadas maiorias ou grupamentos que se orientem pela intransigência ou intolerância.

Julga a situação segundo uma escala que considera o ponto de vista do outro e a própria fragilidade da condição humana. Contribui, dessa forma, para a construção de uma sociedade de paz, solidária e fraterna, fundamentos da civilização socialista.

TRANSPARÊNCIA

O que se pretende alcançar com uma postura transparente guarda relação imediata com a ética. O agente político transparente dá prova da lisura com que se conduz nas relações com o que é público. A estrutura de decisões de um governo transparente se revela por meio do modo como executa o orçamento, como aloca despesas.

Realizam-se, portanto, os atos públicos à luz do dia e se dá à população conhecer plenamente o que foi feito. Mais ainda, governos e governantes transparentes interagem com a população, preparam e oferecem meios à sociedade civil para que essa possa se apropriar adequadamente das informações disponibilizadas pelo Estado.

RESPONSABILIDADE FISCAL

Nesse tema, as questões relativas à ética e à transparência afloram de modo particularmente intenso. Governos verdadeiramente socialistas não gastam recursos públicos sem estarem completamente atentos aos princípios de responsabilidade fiscal.

Atender às urgências populares não equivale a comprometer o erário irresponsavelmente e de forma insustentável. O socialismo não é uma variante do popu-



A MEU VER, ENQUANTO HOUVER UM MISERÁVEL, UM HOMEM PASSANDO FOME, O SONHO SOCIALISTA CONTINUA. ▲▲

lismo, que promove inflação, quebra de empresas, entre outras mazelas.

Representamos uma expectativa civilizatória, que implica fazer escolhas diante de recursos necessariamente limitados e fazê-las de forma equitativa, em benefício dos que têm menos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Da mesma forma que o socialista deve estar atento à responsabilidade fiscal, não pode minimizar o aspecto da responsabilidade social. Significa dizer que deve estar entre seus compromissos essenciais fazer face à pobreza extrema, prover sanidade e ha-

bitabilidade aos segmentos mais vulneráveis da população, contribuir de forma decisiva para a consolidação de uma cultura de paz, desenvolver programas e projetos que propiciem autonomia econômica, valendo-se para tanto iniciativas no âmbito da economia solidária.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A gestão socialista busca engajar os cidadãos no governo da cidade, de tal modo que as distintas dimensões da vida em comunidade possam ser mediadas pela participação popular.

Na perspectiva socialista é primordial empoderar a sociedade civil, para que juntamente com o governo municipal se possam fazer escolhas que interessem a todos, considerados os recursos

disponíveis. Para fins desse empoderamento, faz-se necessário utilizar estratégias que valorizem o uso da tecnologia, facilitando e estimulando a participação.

É fundamental considerar que os meios digitais possibilitam renovar as práticas de governo, ampliando as consultas populares e, conseqüentemente, o engajamento político em seu sentido mais nobre, ou seja, aquele em que o povo discute os destinos da cidade em que habita.

Nessa perspectiva, vale estar atento a iniciativas das administrações socialistas, como as da Prefeitura de Campinas (SP), que consulta a população sobre suas preferências para fins de uso de recursos, apresentando por meio digital projetos que podem ser priorizados por meio de votação.

Orçam



da Criança e do

IGUALDADE

As revoluções que instituíram a modernidade – especialmente a Francesa, no campo político e a Industrial, no econômico – que trouxeram para a pauta política as questões relativas à igualdade e à liberdade. Os socialistas, contudo, modificaram esses conceitos de forma muito precisa.

Para qualificar o sentido da igualdade socialista, deve-se registrar inicialmente que os teóricos liberais partiram do pressuposto de uma sociedade em que todos eram pequenos proprietários dos meios de produção, em condições igualitárias.

O esforço, a indústria de cada qual teria, entretanto, criado diferenciações, de tal forma que à igualdade de partida, se seguiu

uma desigualdade justificada pelo trabalho historicamente realizado.

Essa igualdade de partida, como todos sabem, é um artifício teórico e nunca existiu na prática. Além disso, a sociedade de proprietários se apresentava subliminarmente como aquela em que os donos dos meios de produção eram homens, brancos etc.

Houve, portanto, segundo os liberais, uma igualdade de partida que justificaria a desigualdade de fato, histórica, com o que se procura legitimar a atual divisão de riqueza e renda, assim como o estado da divisão social do trabalho.

Apresentada a questão dessa forma, pode-se ver que o tema da igualdade suscita uma série imensa de outras questões, pois

mento



Adolescente

divisão do trabalho social conforme ela existe procura atribuir às mulheres fogões e pias, aos homossexuais masculinos a condição de estilista, cabeleireiro etc., mas não de executivos, prefeitos, ou deputados; para os negros se afiguram as posições subalternas, ou o fascínio do esporte.

A igualdade proposta pelos socialistas difere dos paradigmas anteriores porque temos expectativas de uma restituição justa e digna de nossas interações sociais, com fundamento em nossas diferenças. Precisamos ser iguais em dignidade, em oportunidades, em acolhimento, em remuneração – ao menos até o limite mínimo de uma vida adequada aos padrões sociais médios –, em expectativas de sermos felizes, por mais imprecisa que seja esta noção, sem que isso dependa de nossa condição sexual, racial, origem social, orientação sexual etc.

O socialismo não deseja apenas assegurar a igualdade de meios, mas dar expressão concreta ao sonho de construir sociedades e cidades acolhedoras, que sejam solidárias com o destino de cada um de seus cidadãos.

LIBERDADE

A noção mais comum de liberdade pensa a questão em seu caráter exclusivamente individual e não raro é associada ao concei-

to do livre mercado, no sentido de que caberia a cada qual gerir seus próprios problemas ou dificuldades.

Há um fascínio em torno destas formulações (liberdade associada a livre mercado, no sentido radical do termo), porque se acena para a autonomia, valor que um regime aos moldes do socialismo real objetivamente negou e subestimou.

É preciso, no entanto, encontrar o justo termo entre uma coisa e outra, pois é evidente que a desigualdade que se observa na sociedade capitalista constitui-se em um impedimento à plena realização da liberdade, visto que há grandes porções da população que, por seu estado de pobreza ou carência de renda, não consegue efetivamente realizar escolhas de qualquer espécie.

A liberdade socialista, portanto, só existe por meio da relação que estabelece com a igualdade, ou seja, se vê materializada à medida que as diferenças socioeconômicas são minimizadas. Não se trata, portanto, de um conceito abstrato de liberdade.

Vale notar, ainda, que estimulando tudo quanto possa conduzir à autonomia, a liberdade preconizada pelo socialismo não se resume a um projeto de ascensão social, pois parte de uma compreensão política e pretende mudar de forma significativa a qualidade do exercício da cidadania,



NO DIA EM QUE OS FILHOS DO POBRE E DO RICO, DO POLÍTICO E DO CIDADÃO, DO EMPRESÁRIO E DO TRABALHADOR, ESTUDAREM NA MESMA ESCOLA... NESSE DIA O BRASIL SERÁ O PAÍS QUE QUEREMOS. ▲▲

promovendo e propiciando a participação popular.

Diz respeito, também e de modo fundamental, a assegurar os direitos étnicos, de gênero, de orientação sexual etc. Não se trata, portanto, de colocar a todos para andar com o mesmo unifor-

me, mas de acolher todas as particularidades; de conferir ao negro os mesmos direitos dos brancos, enquanto negros; de criar as condições para que as mulheres recebam uma remuneração igual à dos homens, no mais estrito respeito a sua condição feminina. A

liberdade socialista é a da auto-determinação, a de existir como diferente e de ser acolhido nesta diferença, nesta especificidade.

FRATERNIDADE

Para aqueles que disputam mandato em âmbito municipal, uma adequada compreensão dos valores socialistas é algo especialmente importante, porque o eleitor vive no Município e nele desenvolve suas relações familiares, de afeto, de amizade.

Sendo assim, construir cidades acolhedoras, inclusivas, em que existam verdadeiramente um sentimento de convivência fraterna torna as pessoas mais felizes, contribui para reduzir as diferentes ordens de tensão que a vida em sociedade implica, instituindo em complemento princípios da vida democrática que vão para muito além das eleições.

Um governo socialista das cidades, a câmara municipal que se engaja na luta efetiva pelos direitos humanos, contribuem para que a democracia chegue aos lares, às fábricas, às escolas etc., gera famílias mais felizes, infância protegida; promove os direitos das mulheres, faz os enfrentamentos necessários para assegurar que todos possam viver em paz, e com total respeito a suas especificidades e escolhas. Essas são pautas socialistas, que nos distinguem como partido.

“A igualdade socialista deve preservar e valorizar as diferenças, sem qualquer expectativa de que elas se reduzam em qualquer momento do tempo a um padrão homogêneo.

A liberdade socialista é a da autodeterminação, a de existir como diferente e de ser acolhido nesta diferença, nesta especificidade. Diz respeito às lutas libertárias e à expectativa de justiça.

A igualdade e a liberdade perseguidas pelos socialistas referem-se, portanto, ao termo omitido do pensamento político burguês, ou seja, à construção da fraternidade”. (Carlos Siqueira, *Diálogos da Liberdade*)

EQUIDADE

A noção de equidade é uma das bases de governos socialistas autênticos, pois orienta os esforços do Estado, do fazer público, no sentido de assegurar mais aos que têm menos.

Aquele que atua equitativamente reconhece o direito de todos à educação, à saúde, à segurança, mas atua para distribuir desigualmente os esforços das políticas públicas, de tal modo que ao longo do tempo diminuam as diferenças de acesso às mesmas.

A título de exemplo, pode-se pensar como iniciativa de equidade a situação em que um determinado governo assegura o acesso à educação a todos os jovens em idade própria, mas desenvolve ações em contraturno escolar, priorizando os alunos que têm

aproveitamento acadêmico de menor qualidade, em função de dificuldades socioeconômicas, falta de meios elementares para dar sequência a suas atividades de estudo no ambiente doméstico.

A lógica organizativa do SUS é intrinsecamente equitativa, pois reconhecendo o direito universal à saúde, prioriza a atenção para os agravos em função do risco que apresentam à vida. Nesse sentido, governos equitativos são completamente sensíveis às urgências populares e se mantêm firmes no propósito de atendê-las prioritária e preferencialmente, de forma a serem agentes de promoção da justiça social.

SUSTENTABILIDADE

A ideia essencial relacionada à sustentabilidade consiste em não comprometer, no presente, recursos necessários à vida das gerações futuras. Há em primeiro lugar, portanto, um profundo compromisso com a preservação da sociedade humana, cuja existência guarda relações evidentes com os estoques disponíveis de recursos naturais.

Essa temática compreende, contudo, aspectos mais amplos, valendo citar a concepção de que a natureza não se resume a um conjunto de insumos à disposição da humanidade para fins produtivos, tendo valor em si e por

si. Essa concepção traz à luz os temas da biodiversidade, do consumo responsável, da agroecologia, da preservação florestal e de nascentes de rios, da defesa dos povos tradicionais, inclusive pelas relações peculiares que estabelecem com a natureza.

JUSTIÇA

É comum a uma parte significativa do pensamento político e das instituições partidárias a noção de que vivemos em uma sociedade injusta.

A diferença que distingue o socialismo das demais correntes de pensamento tem por fundamento o princípio de que a justiça, para ser efetiva, deve ser feita no ato de partida da vida de cada indivíduo e não no momento de chegada, em que a eliminação das desigualdades depende, de um modo geral, de um esforço quase descomunal, ou da sorte.

Distribuir justiça, no sentido próprio ao socialismo, implica contribuir para o desenvolvimento de habilidades que conduzam a uma vida digna e próspera, **desde seu início**. Ou seja: implantar um projeto de desenvolvimento sustentável, combater a mortalidade materno-infantil, erradicar o analfabetismo, universalizar o acesso à saúde, educação, seguridade social. Combater a discriminação de qualquer espécie. Isso é socialismo!

O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NA PRÁTICA



“Muitos me têm perguntado sobre o que vamos fazer. Tenho respondido, entre outras coisas, que podemos acabar com o tipo de governo paternalista e compadresco, que julga conceder favores ao povo, doar coisas ao povo, para criar um tipo de governo que possibilite a participação do povo no próprio processo administrativo. Uma escola, por exemplo, não pode ser entendida como doação magnânima de nenhum governante; também não deve ser considerada, apenas, um prédio que o governo constrói e para o qual nomeia uma professora. É necessário que o povo sinta e saiba que a escola foi construída com dinheiro seu, é parte de sua vida e da de seus filhos e a eles pertence. E por isso o

povo precisa ajudar a escola, e ele ajuda quando participa dos debates que precedem a construção, quando participa das dificuldades para construir e manter a escola, quando se capacita de que é necessário ajudar a professora a integrar-se no meio das famílias onde a escola funciona. Essa participação do povo contribui para modificar a própria concepção da escola. Ela deixa de ser um prédio que o governante manda construir, põe uma placa e vai inaugurar como se estivesse fazendo um presente ao povo. O povo precisa aprender que não está recebendo presente algum, que aquilo é dinheiro seu, é trabalho seu. E, só assim, participando, é que o povo poderá exigir que a escola não seja suntuosa, porque somos um povo pobre e temos de fazer milhares e milhares de outras escolas, não podemos gastar dinheiro para alimentar a vaidade e a cobiça eleitoreira de maus governantes. Quando se vai construir um conjunto de casas, o povo deve debater amplamente o problema da habitação popular; não podemos impingir ao homem humilde e à sua família, apenas porque são humildes, um tipo de moradia cujo projeto eles nem conhecem, não foi por eles discutidos. Outro tipo de participação é a vigilância que o povo deve exercer sobre os compromissos assumidos por seus representantes, a fim de que seus interesses não sejam subestimados ou traídos”.

Governador Miguel Arraes, discurso de posse no Governo de Pernambuco, 31/01/1963

O PROGRAMA DE GOVERNO

A campanha eleitoral, a concepção e elaboração do Programa de Governo se constituem em oportunidades essenciais para a consolidação de uma candidatura socialista, pois requerem o conhecimento das urgências populares e o desenvolvimento de estratégias para satisfazê-las.

O Programa de Governo (PG) é a proposta de pacto, de contrato, do partido/coligação para a sociedade e deve compreender o período completo do mandato. Nele são sintetizadas as propostas de intervenção na realidade, que são submetidas à avaliação da população durante a campanha, com vistas a solucionar os problemas de um dado Município (no caso das eleições de 2016).

Nem sempre o PG é adequadamente formalizado, até mesmo em razão da dinâmica das eleições, mas é certo que os eleitores atribuem a cada candidato(a) uma determinada plataforma eleitoral e concedem seus votos com base nessa leitura.

O resultado imediato dessa dinâmica se expressa no fato político incontornável de que o candidato fica devedor de suas promessas, mesmo que elas não estejam perfeitamente descritas ou formuladas em um documento. Vale notar, quanto a este aspecto, que os meios digitais e as possibilidades de registro que propiciam, requerem do(a) candidato(a) enorme

atenção a sua comunicação, de forma a não ficar refém de falas que não foram objeto de ponderação adequada.

A elaboração do Programa requer realização de uma ampla e profunda análise dos problemas que afligem os territórios urbanos e rurais do Município e sua gente. Deve identificar, portanto, os diferentes estágios de desenvolvimento em que se encontram os vários segmentos da sociedade.

O Programa de Governo não trata especificamente de uma área ou política pública, mas sim do conjunto de políticas públicas, estejam elas em funcionamento adequado ou não.

É preciso avaliar, então, como estão a educação, saúde, assistência, saneamento básico, meio ambiente e florestas, a questão tributária, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, agricultura, segurança pública, esporte, cultura, lazer e recreação, turismo, inovação tecnológica, gestão de recursos humanos, modernização administrativa, inclusão digital, transporte coletivo,

mobilidade urbana, recuperação de centros antigos/históricos, desenvolvendo-se para cada área um breve diagnóstico.

Sob esse aspecto deve-se aproveitar a participação popular na construção do Programa de Governo, como oportunidade para seu futuro envolvimento nos Conselhos Municipais das distintas políticas públicas.

Há, ainda, outro elemento especial de que o Programa do(a) candidato(a) deve cuidar. Toda

sociedade, por mais empobrecida que seja, ou esteja, possui um conjunto de ativos e valores que, se bem articulados, podem constituir uma base e plataforma para o desenvolvimento econômico, social, cultural etc.

Portanto, não deve estabelecer reflexões apenas e tão somente sobre as questões negativas que afligem a sociedade local, mas também e fundamentalmente apontar mecanismos que possibilitem aproveitar as oportuni-

As campanhas são animadas por sentimentos, desejos e anseios, expectativas que se localizam na sociedade civil e que buscam uma expressão eleitoral que possa a vir realizá-los. Candidatos(as) socialistas devem, em consequência, construir uma empatia com seus eleitores, demonstrando-se dignos dos desafios que a população vier a confiar a eles. Os aspectos de campanha que dizem respeito aos ânimos e afetos são de fundamental importância, pois emerge daí – ou seja, da empatia que o candidato conseguir despertar – a força com que se vai às ruas, com que se realizam os enfrentamentos, com que se consolidam as alianças.



dades relacionadas ao potencial de desenvolvimento socioeconômico de que o Município dispõe.

É importante catalogar e classificar tais ativos para que eles possam comparecer afirmativamente e positivamente na plataforma eleitoral, que deve indicar de forma clara que linhas seguir, para fins do desenvolvimento local e regional.

Nesse mesmo sentido, deve-se procurar reforçar e estimular a economia solidária, apoiando decisivamente a comunidade em seu processo de organização econômica, com a meta de obter ou aumentar a geração de renda.

Assim sendo, ao se elaborar o Programa é importante que, ao lado da caracterização das fragilidades, se aponte os potenciais que o Município possui, o que permite delinear elementos e etapas na construção de um pacto em torno da construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, em que a origem social, a cor da pele, a orientação religiosa ou sexual, não sirvam de mola propulsora de exclusão social.

PASSO A PASSO

A elaboração de um bom Programa de Governo requer organização das forças políticas envolvidas com a candidatura e uma metodologia de trabalho que deve ser proposta pelo(a) candi-

dato(a), devidamente acompanhada em seu desenvolvimento, mas operacionalizada por uma equipe preparada e motivada para a campanha.

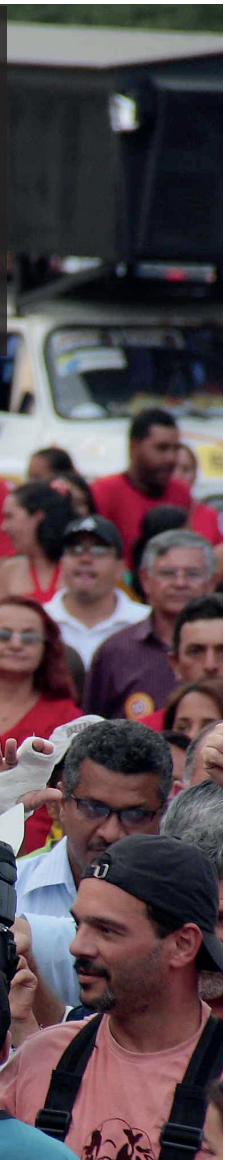
Para facilitar a compreensão de uma metodologia que procura ser o mais abrangente possível, mas que deve ser adaptada às circunstâncias de cada candidatura, apresentamos o processo de construção do Programa na forma de um passo a passo.

PASSO 1 : FORMAR GRUPO DE TRABALHO (GT)

O GT deve ser composto por militantes que tenham algum conhecimento sobre o tema das políticas públicas, e capacidade para reunir informações e articular as mesmas, objetivando constituir um pré-diagnóstico sobre a situação do Município.

Trata-se, ainda, de um grande núcleo que irá reunir preliminarmente informações, catalogar ações, criar agendas, visando um desdobramento futuro de cada tema.

O esforço que será direcionado ao desdobramento dos temas pesquisados inicialmente dependerá das grandes linhas de orientação da candidatura, que deve escolher alguns elementos sobre os quais atuar, tomando em consideração evidentemente as maiores demandas populares, os pontos críticos que merecem atenção e que precisam ser equa-



cionados, para que se promova justiça social, que se criem oportunidades de desenvolvimento da comunidade, tanto em termos coletivos, quanto individuais.

Uma leitura bem circunstanciada das condições socioeconômicas do Município, dos mapas de distribuição dos bens e equipamentos públicos, assegura uma posição privilegiada nos vários debates que se deve enfrentar ao longo da campanha.

Estes, por sua vez, se corretamente combinados com a conceituação de pobreza como violação aos direitos humanos, permite não incorrer no assistencialismo e, ao fazê-lo, combater com propriedade os que insistem em fazer das políticas públicas não instrumentos de emancipação popular, mas ferramentas na pacificação da pobreza.

PASSO 2: LEVANTAR OS MARCOS LEGAIS

Cada política pública possui marcos legais próprios, que devem ser comparados com a realidade institucional e jurídica do Município, o que permite identificar a situação encontrada na Prefeitura.

A partir dessas informações é possível identificar quais críticas poderão ser feitas ao longo da campanha, com o propósito de denunciar o estado de desatenção do governo em exercício, perante o tema e os problemas dele decorrentes. Caso o PSB seja situação, trata-se de caracterizar o que vem fazendo o Governo, para implementar as melhores práticas de gestão no Mu-

O Programa de Governo concebido segundo o ideário socialista deve ser, portanto, o documento no qual o partido/coligação estabelece seu compromisso com a cidadania e o protagonismo social, de modo a assegurar que os mais pobres terão maiores e melhores oportunidades de vida, afirmando-se como titulares de direitos, por sua simples e imediata condição de cidadãos.

Foto: Portal BH - Flickr



A Incubadora Tecnológica do Barreiro, gerida pela Prefeitura de Belo Horizonte tem por meta transformar alimentos e vidas. Oferece para tanto curso teórico e prático em Manipulação de Alimentos.

nicípio. Já nesse momento é preciso começar a pensar em desdobrar o Grupo instituído no Passo 1, para que seja possível potencializar os trabalhos de construção do Plano de Governo.

PASSO 3 - CONSOLIDAR O PRÉ-DIAGNÓSTICO

Para consolidar sua mensagem e por meio dela atingir de forma efetiva a população é fundamental compreender a situação em que ela vive, o que requer a elaboração de um pré-diagnóstico do Município.

Este deve ser um documento objetivo e tão simples quanto possível, contendo informações qualitativas e quantitativas, relativas aos vários territórios que formam o Município.

Uma vez que o pré-diagnóstico tenha sido elaborado, é importante adotar como metodologia de trabalho a construção de mapas temáticos, em que se espacialize o desempenho das políticas públicas.

Essa informação é muito relevante, inclusive para o planejamento de campanha. Por exemplo: é evidente que a saúde é um desafio de grande escala no País como um todo. Contudo, em um bairro mal assistido em termos de unidades básicas, com equipes do Estratégia Saúde da Família deficientes, o problema é mais agudo e, portanto, a comunidade é muito mais sensível a ele.

Outro exemplo: é preciso localizar cada unidade escolar, identificando a quem compete sua administração, a população afetada por ela e assim por diante. Dado tal passo, é importante verificar quantos alunos existem por classe em cada unidade; a distância média percorrida pelos alunos para ter acesso à escola, e outros elementos relevantes do cotidiano da escola no bairro. Esses indicadores ajudam a explicar porque a educação enfrenta problemas e quais são eles.

PASSO 4: DISCUTIR OS PROBLEMAS COM A POPULAÇÃO

É importante que, dentro da realidade de campanha, o(a) candidato(a) e sua equipe apresentem as avaliações identificadas no pré-diagnóstico à população, para que esta se aproprie delas e as ratifique ou retifique.

Trata-se aqui não apenas de ouvir a população, mas de agregar sua sabedoria específica e culturalmente diferenciada ao Programa de Governo. Nesta etapa é primordial a realização de várias reuniões, cobrindo todo o território do Município.

Na abertura destes encontros deve ser apresentado detalhadamente ao público-alvo, mediante uso e apoio de metodologias adequadas, as ferramentas e os diagnósticos previamente reunidos, permitindo que a população possa criticá-los e atualizá-los.

Ao final de cada encontro, a Coordenação de Campanha deve ter consolidado a revisão ou construído uma lista de problemas, bem como de soluções, identificadas pela população daquele bairro.

PASSO 5: REDAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Trata-se nesta etapa de redigir o texto que apresenta o Programa, com adoção de linguagem simples, para permitir sua apropriação pela sociedade como um todo.

A adequada redação do PG é crucial do ponto de vista da co-

municação, pois deve: i) orientar o discurso do(a) candidato(a); ii) ser apropriado pela militância; iii) em um segundo momento, pela população em geral.

Tal importância se aplica igualmente ao aspecto técnico, pois aqueles que se elegerem terão que traduzir o PG para o exercício efetivo do mandato, observando as formalidades próprias ao mesmo, as quais têm aspectos relativos ao planejamento das políticas públicas, às peças orçamentárias, contábeis e financeiras do Município.

PASSO 6: ENTREGA DO PROGRAMA DE GOVERNO



A entrega do PG à população é um evento da maior importância para a candidatura e, portanto, a ocasião deve estar revestida de uma solenidade apropriada. Deve-se buscar realizar a entrega em local público, de fácil aces-

so, como por exemplo a Câmara Municipal. Esse deve ser um marco relevante de campanha por seu grande valor simbólico, visto que nessa solenidade se dá uma espécie de acordo entre comunidade e candidato, que é a

O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E A CONSTRUÇÃO DO GOVERNO

A organização de uma candidatura exige profundo conhecimento territorial e proximidade com os problemas que atingem a população com maior intensidade.

Adquirir esse conhecimento requer uma metodologia de trabalho, muita perseverança e organização do(a) candidato(a) e sua equipe.

No caso particular da disputa pelo Governo do Espírito Santo em 2010, que guarda semelhanças com práticas desenvolvidas em Pernambuco e Distrito Federal, procurou-se desde o início ouvir a população.

Com essa finalidade, foram desenvolvidos seminários nas diversas microrregiões do Estado, recolhendo-se em cada oportunidade subsídios necessários à concepção do Programa de Governo e ao fortalecimento das políticas públicas.

Essas atividades junto à população permitiram definir os focos prioritários do futuro governo, ou

seja, atendimento aos segmentos mais vulneráveis e desenvolvimento regionalmente equilibrado. A partir dessa base se construiu todo o edifício que viria a ser o Governo.

Com a redução das desigualdades sociais e regionais e a geração de oportunidades para todos os capixabas claramente definidas como focos prioritários, os gestores foram mobilizados em torno do desafio de estabelecer objetivos e metas para os projetos e programas agrupados nos 8 eixos estratégicos com os quais trabalhou o Governo. E foi assim, com disposição para compreender o passado e dialogar com o futuro, que produzimos juntos um plano de trabalho factível, responsável e adequado às demandas e necessidades dos capixabas.

Renato Casagrande, Novos Caminhos, Plano Estratégico 2011-2014, Governo do Espírito Santo.

DF em
mov

ENCONTROS ENTRE O
GOVERNO DO DF E MOV



imento

CANDIDATOS AO
CARGOS SOCIAIS



base de legitimidade do mandato que se busca alcançar.

Dentro das possibilidades concretas da campanha, deve-se procurar realizar essa mesma entrega ao longo do caminho com em que se consolidou a elaboração do diagnóstico (Passo 4).

É importante visitar os bairros, retomar os contatos, dar satisfações do caminho empreendido e afeiçoar sociedade civil à atividade participativa, à interação com o governo municipal, pois esse hábito permitirá desenvolver metodologias como o orçamento participativo, a construção e revisão de planos municipais e assim por diante.

PASSO 7: CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE APOIO

Uma vez que o Programa de Governo tenha sido levado a público, é indispensável monitorar sistematicamente os esforços de comunicação empreendidos e a receptividade que o documento alcança junto à população, considerando-se inclusive os eventuais elementos de insatisfação observados.

Dúvidas devem ser esclarecidas e ataque de adversários respondidos pronta e corretamente, de modo a demonstrar as virtudes da construção do PG e sua metodologia participativa, qualificada por uma abordagem técnica e não tecnicista. As respostas devem ser elaboradas com base em

uma reflexão abrangente, para evitar a abertura de frentes que não convenham à campanha.

A título de conclusão dessa seção, nunca é demais lembrar que o PG precisa ser bem calibrado em termos de clareza, detalhamento e compromissos assumi-

1 ESTADO E DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE

pág. 11

- Reforma Pol
- Reforma Ad
- Novo Feder
- Política Exte

3 EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

pág. 95

- Educação
- Cultura
- Esportes
- Ciência, Tec

5 NOVO URBANISMO, SEGURANÇA PÚBLICA E O PACTO PELA VIDA

pág. 169

- Política Hab
- Saneamento
- Mobilidade U
- Regiões Met
- Segurança P

dos pela candidatura, porque a oposição poderá se utilizar dessa peça para elaborar suas estratégias de ataque.

Cabe observar, nesse sentido, que tentar desmontar os argumentos da oposição dá muito mais trabalho do que considerar

de antemão os riscos implícitos de se assumir cada uma das metas e promessas de campanha. A situação em que se viu envolvido o Governo Dilma evidencia a importância dessa problemática, cuja avaliação não pode ser delegada a ninguém.

Sumário do Programa de Governo de Marina Silva e Beto Albuquerque, candidatos à Presidência da República em 2014

índice

Programa de Governo | Plano de ação para mudar o Brasil

tica	pág. 12
ministrativa	pág. 17
ismo	pág. 23
na	pág. 28

2 ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

pág. 41

• Agendas Macro e Microeconômicas	pág. 42
• Gestão Sustentável dos Recursos Naturais	pág. 79

	pág. 96
	pág. 115
	pág. 130
ologia e Inovação	pág. 133

4 POLÍTICAS SOCIAIS, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

pág. 147

• Políticas Sociais	pág. 148
• Saúde e Qualidade de Vida	pág. 154

acional	pág. 172
e Resíduos Sólidos	pág. 176
rbana	pág. 182
opolitanas	pág. 189
ública	pág. 190

6 CIDADANIA E IDENTIDADES

pág. 203

• Direitos Humanos e Cidadania	pág. 204
• Juventudes	pág. 207
• Mulheres	pág. 212
• LGBT	pág. 215
• Pessoas com Deficiência	pág. 217
• Povos e Comunidades Tradicionais	pág. 220
• População Negra	pág. 229
• Idosos	pág. 233
• Movimentos Sociais e Populares	pág. 234
• Movimentos Sindical	pág. 238

INDICADORES SUGERIDOS

Sem a pretensão de apresentar uma lista exaustiva de indicadores, para a formulação do Programa de Governo convém obter informações acerca dos indicadores elencados a seguir.

Dinâmica demográfica

- Pirâmide etária.
- Sexo.
- Escolaridade da população (medida por faixas etárias).
- Renda familiar.
- Acesso aos programas oficiais de transferência de renda.

Ocupação do território municipal

- Dimensões da sede principal, da Zona Rural, Regiões Metropolitanas.
- Existência de distritos.
- Números de residências (ocupadas e desocupadas).
- Número de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.
- Qualidade das habitações.
- Divisões territoriais utilizadas, tais como regiões ou bairros.
- Estrutura das políticas públicas de seu Município – indicadores a serem pesquisados/elaborados.

Educação

- Número de unidades escolares e sua localização no território do Município.
- Condições gerais de infraestrutura física e de equipamentos nas unidades escolares do Município.
- Número de alunos por série.
- Creche.
- Educação infantil.
- Ensino fundamental.
- Ensino médio e ensino superior.
- Educação de Jovens e Adultos.
- Evasão escolar.
- Número de analfabetos.
- Demanda reprimida por série.
- Posição do Município no ranking do MEC.
- Número de servidores municipais que atuam na área de educação.
- Recursos orçamentários mobilizados para o setor.
- Infraestrutura para transporte de alunos e merenda escolar.
- Relação educadores/profissionais da Secretaria de Educação.

Saúde

- Percentual da população usuária do Sistema Único de Saúde no Município.
- Unidades de saúde, por nível de complexidade (atenção básica, especialidades, urgência, hospitais etc).
- Condições gerais de infraestrutura física e de equipamentos nas unidades municipais de saúde.
- Equipes da Estratégia Saúde da Família.
- Divisão em territórios adscritos a unidades básicas e/ou equipes de saúde da família.
- Atendimento de urgência e emergência.
- Atendimento hospitalar.
- Rede de referência e contra referência (onde são atendidos os casos mais graves?).
- Número de servidores municipais que atuam na área da saúde.
- Recursos orçamentários mobilizados para o setor.
- Número de ambulâncias.

Assistência Social

- Número de unidades de Assistência Social existentes no Município.
- Estágio de implementação do Sistema Único de Assistência Social: CRAS e CREAS.
- Condições gerais de infraestrutura física e de equipamentos nas unidades de assistência social no Município.
- Percentual da população cadastrada nos programas públicos de assistência social: Bolsa Família etc.
- Número de entidades assistenciais existentes no Município.
- Funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no Município.

Saneamento

- Que ente presta os serviços de saneamento básico no Município? (Serviço municipal, companhia estadual, empresa privada).
- Percentual de cobertura de acesso à água potável e esgoto.
- Capacidade dos mananciais que abastecem o Município.
- Percentual de esgoto tratado.
- Como é realizada a coleta de lixo? Qual a destinação final?
- Existe Coleta Seletiva?
- Como é a política de tarifas desses serviços: água, esgoto e lixo?
- O Município tem problemas de enchentes? Como é o sistema de macro e micro-drenagem urbana?

Habitação

- Qual o déficit habitacional do Município?
- Existem favelas, cortiços e/ou concentrações de moradias subnormais? Que percentual da população está envolvida nesta situação?
- Existem áreas invadidas, em especial nas áreas de proteção ambiental?
- Quais programas habitacionais estão sendo usados pelo Município?

Segurança Pública

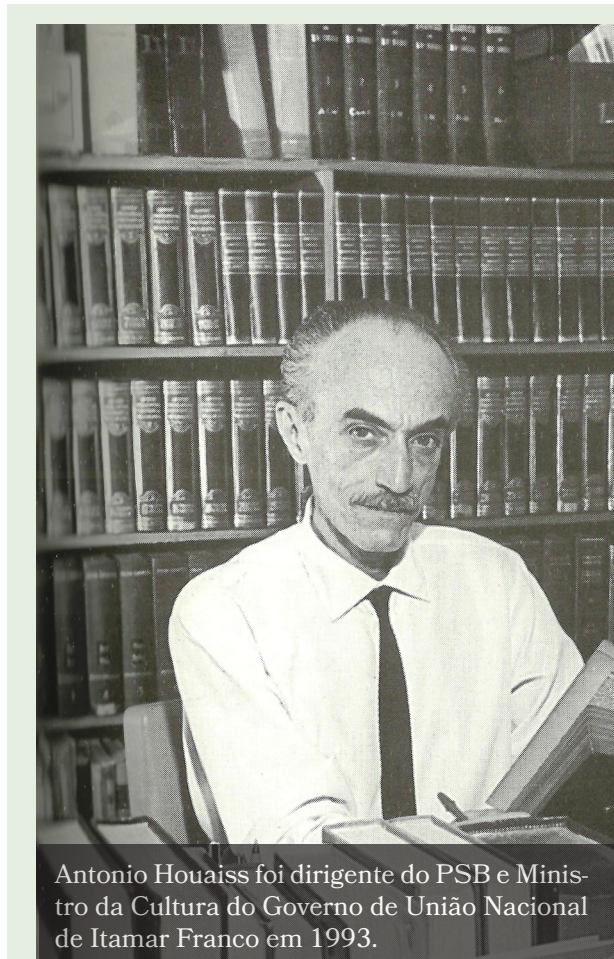
- Qual a estrutura de segurança existente no Município? (Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar).
- Condição gerais de infraestrutura física e de equipamentos das unidades de segurança pública no Município.
- Índices de criminalidade. Existência de georreferenciamento de ocorrências.
- Está instalado o Conselho Municipal de Segurança Pública?
- Há combate à exploração sexual de crianças e adolescentes? O Conselho Tutelar está devidamente organizado e tem seus conselheiros capacitados para o desempenho de suas funções?

Desenvolvimento Econômico e Social

- Renda per capita do Município.
- Vocação econômica.
- Existência de cadeias produtivas.
- Potencialidades econômicas, turísticas etc.
- Perfil de renda da população: renda per capita, renda média das famílias.
- População Economicamente Ativa.
- Taxas de Desemprego.
- IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Desenvolvimento Urbano

- O Município tem Plano Diretor?
- Como funciona o transporte coletivo urbano (frota municipal, empresas privadas, valores de tarifas etc.)?
- Condições de pavimentação das vias.
- Iluminação pública.
- Trânsito.
- Arborização, praças e parques.



Antonio Houaiss foi dirigente do PSB e Ministro da Cultura do Governo de União Nacional de Itamar Franco em 1993.

Desenvolvimento rural

Parte expressiva dos Municípios brasileiros encontra na agropecuária a principal atividade econômica, realidade que se mantém mesmo com taxa nacional de urbanização superior a 85%. O campo passa por uma revolução em termos empresariais e de técnicas produtivas que o Município precisa compreender e estimular. Nesse sentido, é preciso saber:

- Quais são as políticas municipais para o setor? Como estão organizados os órgãos de assistência técnica? Há interações com instituições como a EMBRAPA?
- Essas políticas estão articuladas com a área socioambiental, com as políticas de estímulo às práticas empreendedoras, economia solidária etc.?

Lazer e Esportes

- O Município tem equipamentos para a prática de esportes?
- Há infraestruturas que permitam e estimulem a atividade de lazer da população?
- Há articulação, por exemplo, com a saúde e grupos existentes no âmbito das Unidades Básicas e Estratégia Saúde da Família (como hipertensos, idosos, gestantes etc.?)

Cultura

- O Município tem uma política ativa para essa política pública?
- Existe Plano Municipal de Cultura?
- A memória comunitária é preservada por meio de iniciativas específicas, e/ou com apoio de equipamentos, como museus, casas de memória etc.?

Turismo

- Existe um Plano Municipal de Turismo em funcionamento?
- O Município executou programas existentes no Ministério do Turismo, como a inventariação da oferta turística, roteirização etc.?
- Há interface com políticas como mobilidade urbana e acessibilidade?
- O Município está habilitado a receber grupos com necessidades específicas, como idosos?

Participação popular

- O Município organizou os Conselhos das políticas públicas? Qual o nível de participação desses conselhos?
- Existe a prática de orçamento participativo? Foram desenvolvidos instrumentos de transparência pública?
- São realizadas Conferências Municipais (saúde, educação, assistência social, lazer e esporte etc.)?





“ Assumo o Governo do Espírito Santo com a determinação de promover um novo salto de desenvolvimento, regionalmente equilibrado e ambientalmente sustentável; de ampliar e fortalecer os canais de diálogo e parceria com a sociedade, pois esta é exigência fundamental de uma democracia moderna; de garantir a mais ampla participação social e total transparência nos atos administrativos; de consolidar um modelo de gestão que garanta resultados sociais para cada real investido; de manter o equilíbrio financeiro e fiscal, para continuar investindo na melhoria dos serviços públicos e na modernização da nossa infraestrutura”. **Renato Casagrande**, discurso de posse como Governador do Estado do Espírito Santo.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Indicação de ações de políticas públicas sintonizadas com as urgências populares, as quais devem pautar o Programa de Governo das candidaturas socialistas, orientando o mandato desde seu início.

A realidade dos Municípios em um país das dimensões do Brasil apresenta enorme diversidade, à qual devem se adaptar evidentemente as plataformas eleitorais para a disputa de 2016.

É possível, contudo, pensar em linhas de ação no âmbito das políticas públicas, que partam das condições mais comuns à esfera municipal, que não são simples, visto em particular que: i) se trata da esfera da Federação que apenas recentemente ganhou autonomia – Constituição de 1988; ii) tendo adquirido desde então um conjunto expressivo de responsabilidades; iii) que não foram acompanhadas necessariamente por recursos para fazer frente às mesmas.

Considerado o cenário desafiador a que fazem face os Municípios, são apresentadas a seguir iniciativas importantes em diversas políticas públicas, que irão diferenciar o PSB das demais instituições partidárias, destacando nossos compromissos com os segmentos populares.

Cabe observar que tais iniciativas são relevantes para a orga-

nização de Programas de Governo e para a comunicação do(a) candidato(a).

Tendo em mente especificamente o segundo ponto, iremos sugerir em seção própria a adoção de *atitudes socialistas*, por meio das quais o(a) candidato(a) deve procurar estabelecer um vínculo forte e de simples propagação, entre as bandeiras de sua campanha e os principais anseios do eleitorado.

Nesse sentido, para a estruturação da campanha é essencial que o(a) candidato(a) observe a necessidade de se definir por dois ou três propostas que irão orientar toda sua relação com o eleitorado.

A primeira campanha de Eduardo Campos ao Governo de Pernambuco demonstra de forma clara a importância de se utilizar essa estratégia. Nesse caso, a eleição foi vencida essencialmente com base em uma grande bandeira, que ia ao encontro de uma reivindicação popular amplamente disseminada, ou seja, a *redução do custo da energia elétrica*.

É preciso ter em mente, portanto, que a escolha das frases mobilizadoras é um exercício fundamental ao êxito da campanha, pois irá estabelecer as “marcas” com as quais o(a) candidato(a) se apresentará à população e se fará reconhecer.

Feitas essas considerações iniciais, destacamos a seguir algumas políticas públicas que merecem a atenção das candidaturas socialistas.

PRIORIDADES DE GOVERNO

As prioridades de atuação foram eleitas ao longo da composição do Programa de Governo e serão formalmente reconhecidas quando da apresentação do Plano Plurianual (PPA).

No processo de Planejamento Estratégico do PSB (ciclo 2015-2018) se realizou, contudo, pes-

quisa de opinião com a militância e dirigentes em escala nacional, que oferece pistas sobre quais políticas públicas mais preocupam nossos quadros e que, desta forma, se farão presentes nas plataformas socialistas nos pleitos eleitorais de 2016.

A pergunta formulada na oportunidade solicitava a indicação de cinco políticas públicas que o PSB deveria priorizar.

No **Quadro 1** são consolidadas as respostas obtidas, que hierarquizam as políticas públicas que devem merecer maior atenção do PSB em sua agenda partidária e programática.

Vale observar que o processo de Planejamento Estratégico considerou o fato de que o Partido se prepara para apresentar aos brasileiros um projeto nacional para 2018, como alternativa

Quadro 1: quais as cinco políticas públicas o PSB deve priorizar?

RESPOSTAS	1.614	%
Educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino	307	19%
Saúde pública, universal, gratuita e de qualidade em todos os níveis	274	17%
Ampla e profunda Reforma Urbana (transporte público, mobilidade urbana, saneamento, segurança pública, urbanização etc.)	178	11%
Saneamento básico, universal e de qualidade para todos	129	8%
Reforma tributária com justiça fiscal	113	7%
Demais respostas	97	6%
Outras	516	32%

ao arranjo político que conduziu o País nos últimos 20 anos.

EDUCAÇÃO

Dentro dos marcos constitucionais brasileiros, o Município deve priorizar em sua atuação a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Dessa forma, devem ser iniciativas de governo:

1. Realizar busca ativa para assegurar que todas as crianças com idade própria para etapa educacional universalizada esteja na escola. A base de tal iniciativa é o levantamento da pirâmide etária do Município.

2. Desenvolver ações que ampliem a autonomia socioeconômica dos municípios, o que implica reduzir dramaticamente o analfabetismo e articular a política educacional com as estratégias de

governo destinadas a ampliar a geração de empregos e renda.

3. Conceber e executar programas de formação contínua de profissionais do magistério, como estratégia para melhorar o desempenho educacional do Município.

4. Implantar programas que propiciem o uso de tecnologia e inclusão digital por parte do alunado, integrando-os aos projetos político-pedagógicos das unidades escolares. Observar, nesse sentido, que a tecnologia não é um fim em si mesmo, mas deve estar a serviço do aumento da qualidade da educação.

SAÚDE

Ao Município cabe fundamentalmente cuidar do nível primário de atenção à saúde, o que requer estabelecer linhas claras de coope-

Jamil Haddad, Presidente Honorário do PSB, Ministro da Saúde do Governo de União Nacional de Itamar Franco, concebeu a política medicamento genérico, que beneficiou os segmentos populares.



ração interfederativa para prover serviços de média e alta qualidade aos munícipes. Deste modo, é importante:

1. Conceber e implantar programa de redução impactante da mortalidade infantil, o que requer integrar um conjunto de ações, dentre as quais vale citar: a atenção à maternidade por meio de exame pré-natal; educação em saúde; melhoria da sanidade ambiental; qualificação habitacional, voltada especialmente à população que vive em habitações subnormais; ampliação do provimento de água tratada e das redes de esgotamento sanitário.

2. Fortalecer o Estratégia Saúde da Família, conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção Básica. Nesse âmbito, identificar os principais agravos existentes no Município, promovendo ações preventivas, que

contem com a participação ativa da população adscrita e tenham componente de educação em saúde. Atentar particularmente para ocorrências que gerem ônus para outras políticas públicas, de que é exemplo particular a gravidez indesejada e/ou precoce.

3. Desenvolver estratégias de articulação interfederativa para assegurar atenção secundária e terciária de qualidade aos munícipes, atuando de forma decisiva para diminuir os agravos que requerem acompanhamento nesses níveis. Exemplo de ação podem ser desenvolvidas em âmbito municipal é a educação de trânsito. Quanto a este aspecto é preciso considerar que a ampliação da frota veicular, com destaque para motocicletas, tem levado ao aumento dramático de acidentes, com impactos sensíveis sobre a atenção em saúde.

f / GovernoPE

FÉRIAS É NO ESPAÇO CIÊNCIA.

Local oferece uma programação especial para os visitantes.

Governo de Pernambuco

The advertisement features a profile of a young child's head. The top of the head is filled with a collage of colorful icons representing science, culture, and nature, including a parrot, a globe, a microscope, a rocket, a gear, a book, and various symbols. The background is a soft, light blue gradient.

f / GovernoPE

RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS.

116 cidades se beneficiarão do Escritório de Projetos.

The advertisement has a solid green background. At the bottom right, there is a small illustration of a construction barrier with red and white stripes. The text is in a bold, sans-serif font.

REFORMA URBANA

O fato de que em aproximadamente cinquenta anos o Brasil tenha se convertido em uma sociedade majoritariamente urbana, com índice de urbanização na faixa de 85%, trouxe enormes problemas para a organização das cidades, que não se resolvem no intervalo de tempo de um mandato. As intervenções a serem realizadas devem, portanto, contemplar horizontes de curto, médio e longo prazos, conforme segue:

1. Conceber programa para organizar a coleta seletiva de lixo em 100% da área urbana do Município, prevendo o prazo em que essa iniciativa pode ser alcançada, mesmo que envolva mais do que um mandato.
2. Incentivar a produção de habitações sustentáveis, o que demanda conceber políticas rela-

cionadas a uso e ocupação do solo, padrões construtivos, esgotamento sanitário, microgeração de energia etc.

3. Aumentar significativa a sanidade ambiental, o que envolve articular uma série de iniciativas, a saber: limpeza pública, saneamento, micro e macrodrenagem, preservação de áreas protegidas, eliminação de situações de habitação de risco, planejamento, regulação e fiscalização dos usos do território municipal.

4. Reconhecer e priorizar nos instrumentos de planejamento urbano, os interesses coletivos e comunitários, sobre os da exploração econômica do solo urbano. Note-se que não se trata aqui de criar problemas para o desenvolvimento econômico do município, mas de arbitrar claramente conflitos de uso em benefício da maioria de sua população.



MOBILIDADE E TRANSPORTE

As questões relacionadas a mobilidade e transporte têm repercussão ampla sobre a qualidade de vida da população, produtividade e competitividade, economicidade, articulação territorial municipal e regional e, considerando essa última característica, acesso a serviços públicos, equipamentos culturais e lazer.

Desenvolver, portanto, políticas específicas para essa área é fundamental tanto em termos eleitorais, quanto para o futuro do mandato. Dentre as iniciativas que podem ser desenvolvidas pelo Município encontram-se:

1. Conceber programa que estimule melhorias de mobilidade não motorizada, que deve desdobrar-se em projetos que articulem diferentes meios de transportes e assegurem a qualidade de acesso para pedestres.
2. Investir em inteligência para a gestão de trânsito e planejamento viário, evitando tanto quanto possível desenvolver novas infraestruturas urbanas que venham a privilegiar o uso de veículos individuais de transporte.

SANEAMENTO BÁSICO

Nos temas próprios ao saneamento, o destaque maior recai sobre o esgotamento sanitário, que tem apresentado uma realidade dramática em termos nacionais. Deve receber atenção,

igualmente, o tema da água, que se converteu em um desafio planetário. Dessa forma, as ações de governo devem compreender:

1. Propor como meta à sociedade, por meio de previsão no Plano Municipal de Saneamento, o fornecimento de esgoto tratado em 100% do Município, em um intervalo de tempo que vai de oito a doze anos.
2. Priorizar na universalização do serviço de esgoto os territórios do Município em que se observe menor sanidade ambiental, acarretando por consequência agravos à saúde da população.
3. Gestão dos sistemas municipais, ou das concessões realizados pelo Município, que contemple como prioridade diminuir a perda de água tratada, o que requer a qualificação da operação do serviço de água e investimentos na rede de distribuição.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Apesar desse tema não ser da competência do Município, exceto pelos impostos que pode propor e regulamentar, há iniciativas que podem ser tomadas para aumentar a produtividade fiscal dessa esfera da Federação. Recomenda-se, nesse sentido:

1. Estruturar e fortalecer os departamentos de renda e afins, com o propósito de cobrar tributos de competência municipal, respeitados os princípios de justiça tributária e equidade.

2. No contexto do item anterior, rever a planta genérica de valores do Município.
3. Conceber e executar políticas municipais relativas a tarifas sociais para serviços públicos essenciais.
4. Desenvolver iniciativas, em parceria com instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com a finalidade de promover a regularização fundiária no Município.
5. Compor equipes de projetos, habilitadas e adequadamente qualificadas, com a finalidade de ampliar recursos para as políticas públicas, por meio da cele-

bração de convênios com estados e União.

Em complemento às indicações da militância no processo de Planejamento Estratégico (ciclo 2015-18), cabe considerar, por sua importância para a qualidade de vida dos cidadãos, proposições de iniciativas municipais para as seguintes políticas.

SEGURANÇA PÚBLICA

A atividade policial, exceto pela proteção ao patrimônio público, não é competência estrita do Município. Não se conclui daqui, contudo, que o mesmo deva se ausentar da política de seguran-



ça pública, que é muito mais ampla do que a organização das forças policiais, ou das práticas de investigação e ações repressivas, inerentes às prerrogativas do Estado em sentido amplo.

Os Municípios podem e devem se engajar ativamente na política pública, desenvolvendo iniciativas da seguinte espécie:

1. Implantar o Conselho Municipal de Segurança Pública, liderado pelo(a) Prefeito(a) Municipal, contando com a participação das polícias civil e militar, guarda municipal, Ministério Público, Magistratura e sociedade civil organizada.

Caberá a essa instância examinar com periodicidade regular as informações relevantes no âmbito da segurança, devidamente especializadas, de tal modo que o(a) chefe do executivo municí-

pal possa desenvolver uma abordagem territorial dos problemas identificados.

Essa iniciativa permitirá a articulação de outras políticas, como educação, saúde, lazer e esportes, iluminação pública, no sentido de diminuir as vulnerabilidades territoriais que geram oportunidades para delitos. Atentar no conjunto dessas políticas para o princípio de garantia de acesso aos direitos constitucionais de cada cidadão.

2. Implantar infraestrutura de videomonitoramento, como recurso para combater a criminalidade e gerar informações de inteligência para as polícias civil e militar.

3. Propor, aprovar e executar o Plano Municipal de Segurança Pública, que deve privilegiar em seus escopos:

É ASSÉDIO...

- INSISTIR E FORÇAR A BARRA MESMO DEPOIS DE OUVIR UM NÃO
- TRANSAR COM UMA MULHER ALCOOLIZADA DEMAIS E/OU DESACORDADA
P.S.: ISSO TAMBÉM É ESTUPRO
- MÃO BOBA, PUXÃO DE CABELO E BEIJO À FORÇA
- DESRESPEITAR UMA MULHER PELO TAMANHO DE SUA ROUPA OU DECOTE

#CARNAVALSEMASEDIO

FB.COM/GOVDF

GOVERNO DE BRASÍLIA

REFORÇO NA CENTRAL DE ATENDIMENTO E DESPACHO (CIADE)

190
197
193
199

MAIS POLICIAIS CIVIS E ESCRIVÃES

POLÍCIA CIVIL

FB.COM/GOVDF

GOVERNO DE BRASÍLIA

- Contribuir de forma decisiva para com as iniciativas preventivas, articulando e consolidando a rede de proteção social do Município, com particular atenção às situações de vulnerabilidade, pobreza extrema e violência intrafamiliar.
 - Atuar de forma sistemática e intensa sobre as questões do uso de drogas e álcool, articulando a política de segurança com iniciativas da saúde e assistência social.
 - Desenvolver ações de articulação que reforcem práticas aos moldes do policiamento de proximidade.
4. Realizar ações em territórios vulnerabilizados, com o objetivo de propiciar espaços para lazer comunitário, como praças públicas, considerando-se ainda a necessidade de desenvolver ações relativas a asfaltamento,

regularização fundiária, qualificação habitacional etc.

COMBATE À POBREZA

A experiência com a execução de programas de combate à pobreza produziram um acervo de conhecimento bastante significativo, em escala nacional e internacional. Um elemento que se consolidou relaciona-se à compreensão de que a pobreza é um problema de natureza multifatorial, cujo enfrentamento requer articulação de várias políticas públicas. Dessa forma, vale a pena desenvolver as seguintes iniciativas:

1. Desenvolver ações no âmbito da economia solidária e do cooperativismo, que contemplem estratégias como a criação de bancos comunitários ou fundos de apoio ao empreendedorismo e protagonismo econômico.



2. Cadastrar todas as famílias e indivíduos elegíveis para os programas da política de assistência social, adotando-se para tanto os procedimentos previstos no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico.

3. Desenvolver e consolidar políticas relacionadas à saúde reprodutiva, especialmente feminina; zelar pela segurança alimentar dos segmentos em condição de vulnerabilidade; conceber e implementar programas e projetos de geração de renda e emprego, com destaque para iniciativas no âmbito da economia solidária.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de assistência foi organizada mais recentemente do que a saúde e a educação, por exemplo. É relativamente comum, portanto, que os Municípios apresentem fragilidades na execução desta política. Nesse sentido, são iniciativas essenciais:

1. Articular e consolidar a rede socioassistencial, em função do porte do Município, buscando sempre que possível e necessário desenvolver estratégias regionais, para implantar e manter serviços de maior complexidade, como casas abrigo, unidades de acolhimento de mulheres vitimadas

SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NA PRÁTICA

O Programa Reflorestar foi uma ação do governo socialista do Espírito Santo iniciada em 2011, cujo principal objetivo é manter, recuperar e ampliar a cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, por meio da adoção de práticas de uso amigável dos solos.

Os objetivos específicos para o programa seguem os preceitos do desenvolvimento sustentável, integrando meio ambiente, economia e sociedade.

Objetivos ambientais:

- Identificar e proteger áreas prioritárias para proteção e conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade.
- Recuperar áreas degradadas identificadas e realizar adequação ambiental de propriedades rurais.
- Estabelecer mecanismos de avaliação e monitoramento da cobertura florestal do Espírito Santo.

Objetivos econômicos:

- Implementar práticas de uso do solo que conciliem produtividade, proteção do recurso natural e geração de oportunidades e renda.
- Manutenção e ampliação de serviços ecossistêmicos.
- Instituir mecanismos de avaliação de impacto das ações do programa sobre o aspecto sócio-econômico e ambiental.

Objetivos sociais:

- Aumentar qualidade de vida e renda do produtor rural, por meio do estabelecimento de novas culturas e pagamento por serviços ambientais.
- Conscientizar a comunidade e proprietários de terras sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais.
- Fortalecer a organização dos produtores rurais.

por violência, unidades para acolhimento de adolescentes que requeram abrigo etc.

2. Contribuir de forma decisiva para a articulação do Sistema de Garantia de Direitos no Município e, com base em sua consolidação, desenvolver ações preventivas e de reparação de direitos, relacionados à violência de gênero, violação de direitos de crianças e adolescentes, proteção de segmentos vulneráveis, como pessoas em situação de rua, dependentes de drogas e álcool etc.

3. Implantar práticas orçamentárias que promovam a transversalidade das políticas sociais de assistência, saúde, educação, cultura, trabalho e empreendedorismo, por meio de ações matriciais e territoriais, com ênfase na emancipação social, econômica e cultural dos beneficiários.

MEIO AMBIENTE

De um modo geral, a temática socioambiental – consideramos não ser possível separar, para

fins práticos, a questão ambiental da social – é tratada como eixo transversal a todas as políticas públicas.

Essa concepção é muito importante do ponto de vista conceitual e prático, pois permite compreender, por exemplo, porque catástrofes como deslizamento de terra se associam à ocupação irregular do solo e pobreza.

É preciso, contudo, que o(a) candidato(a) tenha bandeiras específicas para o meio ambiente, dentre as quais vale destacar:

1. Recompôr a cobertura florestal no Município, utilizando como referência, por exemplo, o Programa Reflorestar, implantado com grande êxito no governo socialista do Espírito Santo.

2. Desenvolver políticas estruturadas relacionadas aos temas da biodiversidade, água e solo. Nesse sentido, é preciso implantar programas e projetos que tratem de forma específica e organizada dessas temáticas, devido a seus impactos na qualidade de vida.



ATITUDES

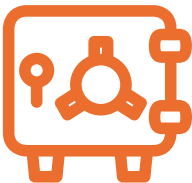
Não basta prestar contas à população: é preciso disponibilizar informações para que cada cidadão ou cidadã possa fazer seu próprio juízo sobre o governo.



Por nossas crianças: garantia do direito de acesso às etapas educacionais universalizadas.

Justiça para todos que o trabalho afastou da escola: erradicação do analfabetismo!

Quer educação de qualidade? Siga essa ideia: programa de formação contínua dos profissionais do magistério.



Para a conta não sobrar, nem faltar: revisão da planta genérica de valores.

Regularização fundiária: bom para o povo, bom para o erário municipal.



Nosso presente recebe o futuro de braços abertos: programa de redução da mortalidade materno-infantil.

Nas comunidades inclusivas saúde é questão coletiva: pelo fortalecimento do Estratégia Saúde da Família.

Hospitais regionais: bom para o orçamento, melhor para a saúde.



Vamos construir uma cidade de paz com o Conselho Municipal de Segurança Pública.

Quem se importa, cuida: videomonitoramento para prevenir a violência.

SOCIALISTAS



A gestão socialista é transparente: pelo controle social das políticas públicas e publicização dos atos de governo.



Coleta seletiva: vamos reinventar a cidade e a cidadania tratando o lixo.

Tudo começa em casa: habitação sustentável, por um mundo ambientalmente equilibrado.

Se você não vive no mundo da lua, venha planejar o território do Município com o PSB.



Vamos ser um Município 100%: universalização da coleta de esgoto.

Água é vida: vamos eliminar as perdas existentes entre a produção e o consumidor.

Coleta seletiva de lixo: Município rico produz lixo pobre. Adote essa ideia.



Somos todos responsáveis pelo direito à infância. Vamos fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos.

Casa abrigo: não deixe a cidadania sem um lar. Venha você também edificar uma cidade inclusiva.



Nossa cultura, riqueza que gera renda: programa municipal de promoção da economia criativa.

Vamos construir uma cidade acolhedora: o cidadão agradece e o turista visita.

DA CANDIDATURA AO GOVERNO

Quem disputa uma campanha deve estar preparado para fazer face a qualquer cenário. Para o(a) candidato(a) socialista é preciso, em particular, evitar a situação de "ganhar perdendo", que ocorre quando as concessões são de tal ordem, que se dá uma descaracterização da candidatura.

A vitória que de fato vale a pena é aquela que conduz das grandes bandeiras da campanha, do pacto com a população, ao Governo – observados, evidentemente, os princípios socialistas que apresentamos no Capítulo 2. Articular essas duas etapas não é algo simples, contudo, exigindo organização, método e vontade política inquebrantável.

No caso do Espírito Santo, como ocorreu em muitas outras candidaturas socialistas, o víncu-

lo entre Programa de Governo e ato de governar encontrou um lugar preciso na administração, ou seja, o Plano Estratégico 2011-2014.

Cabe recordar que para a elaboração do Programa de Governo, a Coligação Juntos para o Futuro mobilizou vasto leque de partidos e as mais diferentes organizações da sociedade, para apresentar-se ao povo capixaba como candidata a liderar um novo tempo de desenvolvimento e inclusão social.

Com essa finalidade, assumiu a responsabilidade de conceber, em debates com todos os segmentos sociais, um conjunto articulado de propostas, capaz de orientar o crescimento econômico, o desenvolvimento regional e a inclusão produtiva de todos os capixabas nos anos que iniciavam a segunda década do sécu-



**RANKING DE
COMPETITIVIDADE
DOS ESTADOS**



*Dados relativos ao ano de 2014
**Fonte: www.rankingdecompetitividade.org.br/

lo XXI. Década que tem assistido a uma aceleração crescente das mudanças nos sistemas produtivos regionais e, por isso mesmo, requer a introdução de novos temas que sejam motivadores e integradores das políticas de Governo.

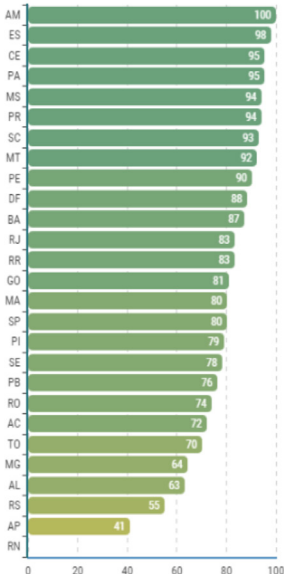
Observe-se, quanto a este aspecto, que ciência, tecnologia e inovação se fazem cada vez mais presentes, não apenas no dia a dia de instituições de ensino e pesquisa, mas de empresas, pessoas, do povo.

A perspectiva com que trabalhou o Governo do Espírito Santo, portanto, em sintonia com o Programa de Governo, foi a de conduzir a transição da sociedade capixaba para a era do conhecimento, com justiça social e sustentabilidade.

Para alcançar esse objetivo, investiu intensivamente na for-

mação de recursos humanos, no desenvolvimento tecnológico, na inovação e na adoção de novas tecnologias aplicadas à melhoria dos serviços públicos e ao aumento da competitividade das empresas, tudo devidamente previsto e organizado por meio do planejamento governamental.

Foi essa a visão que presidiu a elaboração do Plano Estratégico para o período 2011-2014. Em seu processo de construção, foi utilizado um conjunto de dados coletados nos bancos do IBGE e do Instituto Jones dos Santos Neves, bem como o documento ES 2025 e, principalmente, os subsídios gerados pelos seminários regionais e setoriais organizados pela Fundação João Mangabeira, além de outras propostas e sugestões coletadas em reuniões com os gestores públicos estaduais.



O Brasil ainda não realizou as expectativas da Constituição Cidadã de 1988 e preserva, portanto, as injustiças que dividem a nação. O PSB quer mudar esse passado, que hipoteca nosso futuro, atualizando-o sob a forma de políticas públicas que atendam efetivamente à população.



METODOLOGIA PARA GOVERNAR

Apresentam-se nessa seção elementos fundamentais para organizar a máquina governamental, com vistas a produzir serviços públicos de qualidade, orientados pelas prioridades eleitas pela população, ao conceder o mandato ao(à) Chefe do Executivo.

Aquele que se propõe a disputar uma eleição majoritária deve ter em mente a necessidade de conceber e organizar, previamente à chegada ao Governo, uma metodologia para governar.

Gerir um Município, por menor que ele possa ser, não é tarefa simples e implica uma enorme variedade de responsabilidades, atos formais e necessários à administração, rotinas burocráticas obrigatórias e, não raro, ultrapassadas.

Tendo essa questão em mente, o(a) candidato(a) deve refletir sobre as marcas que pretende imprimir à administração municipal, as quais irão compor parte expressiva de seu capital político, além de construir a imagem por meio da qual a população irá julgá-lo em termos objetivos, preocupada como a produção e entrega dos serviços públicos de responsabilidade da esfera municipal.

Nesse sentido, há que se considerar inicialmente que conceitos como planejamento estratégico, integração entre as diferentes áreas, gerenciamento por proje-

tos e delegação de poder aos responsáveis por sua realização são práticas amplamente conhecidas e adotadas nas organizações privadas, mas continuam distantes do setor público.

Apesar de ser esta a realidade mais comum a nossos municípios, é premente dar saltos significativos nos indicadores de eficiência, especialmente no que diz respeito à agilidade e qualidade na prestação dos serviços e na execução dos investimentos.

Por isso, a mudança dessa cultura gerencial – do controle burocrático para o monitoramento de resultados – é um valor a ser buscado em todos os níveis, para viabilizar as previsões de crescimento e resgatar parte do grande passivo social acumulado em nossos Municípios, onde efetivamente vive cada cidadão.

Um modelo de gestão – em que se apliquem boas técnicas gerenciais – se inicia, contudo, na definição objetiva de princípios e objetivos estratégicos a serem adotados para agrupar e gerenciar a extensa lista de demandas apresentadas pela popu-

lação e, conseqüentemente, distribuídas pela rede de secretarias municipais.

Para suplantar as dificuldades inerentes a este cipoal de empresas, instituições, funções é fundamental que o primeiro mandatário do Governo, o(a) Prefeito(a) Municipal articule as diferentes pastas e áreas na forma de Comitês Estratégicos, integrando dessas forma programas e projetos, metas e objetivos, tudo em perfeito diálogo com o projeto político com o qual se elegeu e que, no caso dos socialistas, deve repercutir as urgências populares, as expectativas de desenvolvimento e emancipação do povo.

Uma vez articuladas as diferentes áreas do Governo Municipal em Comitês Estratégicos, a tarefa de acompanhamento diuturno do funcionamento da máquina administrativa passa a ser relativamente mais simples e pode ser realizado por meio de reuniões de gerenciamento intensivo e de trabalho específicos de cada Comitê.

Nesse sentido, reuniões realizadas quinzenalmente, por exemplo, entre os gestores das áreas de planejamento e finanças e os gerentes de programas e projetos, fornecem subsídios e informações técnicas para as reuniões dos Comitês Estratégicos previamente definidos pelo Prefeito (a) Municipal, que idealmente devem ocorrer semanalmente,

com a presença do(a) Chefe do Executivo, compondo-se um ciclo de avaliação que se completa a cada dois meses.

Nessas reuniões, são atualizadas as informações sobre o andamento físico-financeiro de cada iniciativa, avaliados os riscos que podem comprometer o andamento dos programas e projetos e debatidos os problemas estratégicos que exigem decisão do(a) líder do governo.

Por meio desse modelo de gestão, todas as iniciativas propostas são submetidas a uma avaliação quanto a sua identificação e harmonização com conjunto de diretrizes, princípios e valores que orientaram o Plano de Governo e com os objetivos estratégicos definidos para a gestão do Município.

No caso particular do Governo Renato Casagrande no Espírito Santo, o conjunto de parâmetros de planejamento e ação governamental teve como elementos de destaque:

- A prioridade para o desenvolvimento regional.
- O atendimento aos segmentos mais vulneráveis.
- A responsabilidade ambiental.
- A transparência nos atos e decisões da administração municipal.
- A governança democrática e a responsabilidade fiscal.

Observe-se que apenas após essa verificação tem início a eta-

pa de estruturação do projeto, com o detalhamento das tarefas que serão executadas, identificação dos diversos setores do Governo e da sociedade que serão envolvidos e a definição de metas, custos e recursos humanos necessários à sua execução.

É também nessa etapa que se estabelece a responsabilidade de cada setor, quais profissionais serão mobilizados e quem será o gerente de cada projeto.

A consolidação desse modelo gestão recomenda que se conceba e implemente um Programa de Gestão para Resultados, que deve ser associado à instalação de um Escritório do Projetos de âmbito municipal.

O Escritório em questão deve ser uma instância que dissemina o treinamento para o uso de ferramentas de gerenciamento e acompanhamento intensivo da carteira, o que permite implantar no conjunto da estrutura administrativa a cultura e as práticas do gerenciamento de projetos.

É relevante observar que o Escritório de Projetos não pode fazer o trabalho próprio a cada pasta, ou instituição do Governo Municipal, mas deve desenvolver padrões que permitam às mesmas realizar gerenciamento por resultados, conceber, estruturar, propor, fazer aprovar e gerenciar projetos, com destaque particular àqueles que tragam recursos para o Município, que permitam

desenvolver ações previamente previstas no Programa de Governo do(a) Prefeito(a) eleito(a).

DETALHAMENTO DO MODELO DE GESTÃO REALIZA +

CONSTRUÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO

Com base na experiência do governo socialista do Espírito Santo entre 2011 e 2014 é possível detalhar o modelo de gestão cujas linhas gerais foram apresentadas acima.

Nesse sentido, é preciso observar que a tarefa de governar se inicia já na concepção e elaboração do Programa de Governo, em que se deve considerar necessariamente, enquanto abordagem de planejamento: i) a adoção de uma perspectiva de longo prazo, que compreenda as aspirações essenciais da população – mesmo que não realizáveis no transcurso de um mandato; ii) o conhecimento territorial, para evitar incorrer no erro comum de simplesmente esquecer as necessidades e reivindicações da área rural, dos problemas que se resolvem apenas em escala intermunicipal ou regional etc.; iii) a definição tão clara quanto possível de objetivos estratégicos, programas e projetos.

Quando se atinge esse ponto, é possível elaborar um **Mapa Estratégico**, que sintetize o que vai

MAPA ESTRAT

VISÃO DE F

Ser reconhecido como um **Estado próspero, susten**

FOCOS PRI

Atendimento
aos segmentos mais vulneráveis

COMITÊS E OBJETIV

Desenvolvimento da educação básica e profissional

Melhorar a qualidade da educação básica e o acesso à educação profissional
Fomentar a produção científica, tecnológica e a inovação

Desenvolvimento, integração logística e mobilidade urba

Promover o desenvolvimento e estimular a competitividade e logística do Estado
Melhorar a mobilidade urbana na Região Metropolitana e nos

Meio ambiente e desenvolvimento da agricultura

Promover o desenvolvimento rural sustentável e reduzir os impactos negativos dos eventos climáticos

Melhoria da gestão pública e valorização do servidor

Avançar na qualificação e valorização dos servidores e melho

PREM

Responsabilidade Ambiental

Governança Democrática

ESTRATÉGICO | NOVO MAPA

OUTUBRO 2014

Sustentável e seguro, com oportunidades para todos

CRITÉRIOS

Desenvolvimento regionalmente equilibrado

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Atenção integral à saúde

Garantir atenção integral à saúde, com qualidade

Prevenção e redução da criminalidade

Tornar o Estado mais seguro, com a participação da sociedade

Desenvolvimento urbano
na vocação

Desenvolver municípios polo

Desenvolvimento da infraestrutura urbana

Prover infraestrutura urbana adequada ao desenvolvimento sustentável

Proteção social e fortalecimento do turismo, cultura e esporte

Reduzir a pobreza e erradicar a extrema pobreza
Fortalecer a garantia de direitos ao cidadão
Fortalecer a identidade e divulgar a imagem capixaba

Garantir a qualidade dos serviços para a população

DESAFIOS

Gestão Transparente

Responsabilidade Fiscal



SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO



ser o Governo, suas premissas, prioridades e valores. Trata-se de uma verdadeira bússola, com a qual o candidato(a) se apresenta à sociedade e por meio da qual o(a) Prefeito(a) irá governar.

A título de ilustração, observar o mapa estratégico desenvolvido para o Espírito Santo, apresentado na página anterior.

Na figura, as premissas indicam os norteadores do período de Governo, que se somam aos focos prioritários para estabelecer os critérios com os quais os projetos e ações de governos devem ser escolhidos e posteriormente implantados. Também deveriam compor um conjunto direcionado para solução dos desafios de cada um dos objetivos ou eixos estratégicos.

O mapa estratégico deve ser distribuído para todas as repartições, que devem utilizá-lo como referência básica para a formulação de projetos e definições de prioridades durante os quatro anos do Governo.

CONSTITUIÇÃO DOS COMITÊS ESTRATÉGICOS

Os Comitês Estratégicos têm como objetivo principal acompanhar e avaliar permanentemente o ritmo de execução de cada projeto, corrigir rumos, integrar e fazer convergir a atuação de cada órgão com interface no projeto em análise. O aspecto mais destacado da abordagem consiste na

integração das diversas Secretarias e demais órgãos públicos.

Nesse ambiente são compartilhadas informações sobre as particularidades de cada projeto, prioridade, entraves eventualmente surgidos, de modo que a tramitação dos processos correspondentes fossem acelerados nas diferentes dimensões jurídica, contábil, orçamentária, licitações etc. São exemplos de Comitês Estratégicos:

I - Desenvolvimento da Educação básica e profissional.

II - Atenção Integral à Saúde.

III - Prevenção e Redução da Violência.

IV - Desenvolvimento, integração logística e mobilidade urbana.

V - Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana.

VI - Meio ambiente e desenvolvimento.

VII - Proteção social e fortalecimento do turismo, cultura e esporte.

VIII - Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor.

Cabe observar que todos os projetos em andamento no Governo – excluindo apenas aqueles que já estiverem devidamente implantados e com funcionamento em condição regular e rotineira – devem ser monitorados pelos comitês com as presenças dos Secretários e gerentes dos projetos, em bases mensais, por meio de reunião de trabalho com a equipe de planejamento e finan-

O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NA PRÁTICA

COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA, LEITURA TERRITORIAL E REGIONAL

“ Por fidelidade à minha história política quero reafirmar, nesta oportunidade, a determinação de manter no Governo uma postura claramente municipalista e uma prática que intensifique o desenvolvimento regional de forma equilibrada. Um municipalismo que vá além do diálogo com dirigentes e líderes.

Vamos envolver a transferência de recursos e a realização, em parceria, de programas e projetos inovadores. Programas e projetos que possam fortalecer e imprimir maior eficiência à gestão municipal, produzindo um salto qualitativo na vida das pessoas e das comunidades.

Já se tornou lugar comum, mas nem por isso é menos verdadeira, a afirmação de que o mundo real está no Município.

É lá, onde vive e trabalha nosso povo, que estão os problemas e, muitas vezes, as melhores soluções.

Mas é bom lembrar que não basta distribuir investimentos, pois volume de recursos nem

sempre é sinônimo de bons resultados.

Afinal, qualidade na administração pública depende de outros fatores, como eficiência, comprometimento com metas socialmente justas, responsabilidade fiscal e ambiental, planejamento e controle. Nossas parcerias estarão condicionadas aos resultados efetivos dos recursos investidos. Não há mais espaço político para quem acredita que boas intenções e belos discursos podem substituir resultados.

Fazer por fazer, gastar por gastar, é vício de um passado histórico, que deixamos para trás e não queremos ver repetido.

Hoje, o que nos interessa é o futuro. Um futuro que vamos construir juntos, em parcerias cada vez mais amplas com os Municípios e também com as demais instituições públicas, as empresas, as organizações sociais e as comunidades”.

Renato Casagrande, discurso de posse, Governo do Estado do Espírito Santo

ças, ou pasta correlata em cada Município.

A cada dois meses deve-se realizar atividade de avaliação da execução de cada projeto, que conte com o(a) chefe do executivo, para que se possam realizar eventuais correções de rumo. Cabe destacar algumas vantagens do sistema proposto:

- Integração dos diversos órgãos componentes da administração.
- Conhecimento universalizado no Governo das muitas iniciativas em andamento.
- Comprometimento de todos os envolvidos em cada projeto, em lugar de responsabilidade individualizada.
- Eliminação dos riscos de superposição de iniciativas.
- Otimização da aplicação dos recursos.
- Melhor articulação das prioridades definidas com a alocação orçamentária.
- Maior agilidade na solução dos obstáculos encontrados durante a execução.

Conhecimento, controle e validação de prioridade de cada investimento com a presença do(a) líder do executivo, ao mesmo tempo que se preserva a descentralização e flexibilidade importantes para a agilidade na execução.

Desenhadas e implantadas as etapas de planejamento e de acompanhamento das iniciativas de governo no nível estratégico,

torna-se necessário completar o modelo de gestão e formalizar também as rotinas de estruturação dos projetos.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS

A figura do Escritório de Projetos, cuja criação deve estar vinculada à instituição de um Programa de Gestão para Resultados, emerge nessa etapa.

O Escritório deve atuar de forma direta e contínua nos programas e projetos, provendo serviços de treinamento, ferramentas de gerenciamento de projetos, programas/portfólio e acompanhamento intensivo da carteira, de modo a disseminar a cultura e as melhores práticas de gerenciamento de projetos.

Quanto ao Programa de Gestão para Resultados, tem por objetivo essencial promover a execução de programas estruturantes, projetos prioritários, assegurando que as entregas sejam efetivamente feitas à sociedade. Este modelo teve como princípios:

- Orientação a resultados.
- Incentivo à intersetorialidade na concepção e implantação dos programas.
- Ampliação da visibilidade das ações do governo.

Os programas e projetos devem ser organizados por Comitês Estratégicos, que são ao mesmo tempo temáticos, compondo uma carteira de programas estru-

turantes e projetos prioritários, em que estejam definidos os responsáveis (Gerentes de Programas e Projetos), para que se dê início à fase de estruturação, pactuação, execução e gerenciamento intensivo dos programas e projetos.

ESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Estas fases requerem esforço de orientação e foco. Por isso, o pressuposto que deve nortear a etapa de gerenciamento de projetos não consiste apenas em definir metas, marcos críticos, cronograma físico-financeiro, dentre outros elementos.

No gerenciamento de projetos orientado para resultados, o objetivo deve ser também trabalhar para que os projetos sejam executados dentro do prazo previsto, dos custos estimados e padrões de qualidade demandados, além de realizar monitoramentos periódicos, para que as metas alcancem o público-alvo definido e para que os riscos dos projetos sejam identificados, avaliados e corrigidos em tempo hábil.

Em resumo pode-se dizer que a elaboração e gestão de projeto orientada para resultados compreende o ciclo estruturação, pactuação, execução, gerenciamento e avaliação, cujas particularidades são descritas a seguir.

Fase de estruturação

É entendida como fundamental para o projeto e tem como objetivo o planejamento das ações. Neste momento são considerados data de início, cronograma de execução, bem como o produto final a ser entregue.

Nesta fase são definidos igualmente os seguintes elementos: público-alvo, objetivo, resultados esperados, gerente, financiamento, etapas, marcos críticos, riscos, a rede de parceiros, pontos focais, selo de prioridade e fluxo decisório diferenciado.

Fase de pactuação

Nesse estágio são revisados e pactuados, com as partes diretamente envolvidas, mais especificamente os executores das atividades, os compromissos, prazos e resultados definidos.

Fase de execução

É o momento em que as ações previstas no escopo dos projetos são realizadas pelas secretarias e órgãos responsáveis – é a fase do fazer acontecer.

Fase de gerenciamento intensivo

Compreende o acompanhamento sistemático da execução do projeto e o progresso de sua implementação. Desenvolve-se a análise do previsto e do realizado, identificam-se e contingenciam-se riscos e restrições. O

destaque desta fase está na geração de informações que provocam a celeridade da tomada de decisão para assegurar a conclusão do projeto.

Para os programas estruturantes e projetos prioritários, que fazem parte do portfólio do

Governo, devem ser realizadas reuniões de gerenciamento quinzenais e em alguns casos semanais, entre os gestores do Escritório de Projetos, os gerentes e a equipe dos programas e projetos das secretarias responsáveis pela execução dos mesmos.

PROGRAMA REALIZA +

Realiza + é o nome do modelo de gestão desenvolvido no Espírito Santo durante a gestão Renato Casagrande e que pode ser replicado pelas mais diversas administrações, desde que elas tenham compromissos com os segmentos populares.

O programa foi concebido na perspectiva da modernização do Estado, para que este pudesse transformar aumento de eficiência em distribuição de justiça social. Sob esse aspecto, mantém relação próxima com iniciativas similares de Pernambuco, Paraíba, Belo Horizonte.

O principal objetivo Realiza + é ampliar a entrega de resultados à população, para o que associa a metodologia de planejamento estratégico à gestão de portfólio dos Programas Estruturantes e Projetos Prioritários. O modelo tem como princípios, portanto, a orientação a resultados; incentivo à integração na concepção e implantação dos programas, e a ampliação da transparência nas ações do Governo.

O acompanhamento dos programas estruturantes e dos projetos prioritários deve ocorrer, segundo o modelo de ges-

tão, por meio de reuniões com finalidades diversas, mas que se convergem para a boa execução de cada qual. As principais são as Reuniões de Comitê Estratégico e de Monitoramento.

Segundo prevê a metodologia do Realiza +, as Reuniões de Comitê Estratégico devem ocorrer semanalmente com a presença do(a) líder do executivo. Nesse encontro são informados o andamento físico-financeiro de cada programa e projeto, bem como os riscos relevantes que podem comprometer o andamento, além de problemas estratégicos que necessitem da decisão do(a) chefe do executivo.

As Reuniões de Monitoramento devem ser realizadas quinzenalmente entre os membros do Escritório de Projetos, por meio da secretaria que vier a subordiná-lo, e os gerentes de programas e projetos das demais secretarias. Nesta reunião são avaliados o andamento do projeto, a superação dos marcos críticos, o andamento físico-financeiro, o levantamento e a análise dos riscos. Esses encontros fornecem subsídios para decisões nas reuniões de Comitê Estratégico com o(a) chefe do executivo.



Para que as políticas públicas sejam de fato eficientes é preciso engajar todos os atores relevantes, começando pelo governo e pelas demais esferas da União. Não se pode, contudo, subestimar a contribuição fundamental do envolvimento da população. Cidadania não é apenas receber produtos e serviços, mas construir a vida coletiva e o bem-estar geral. O socialismo democrático do PSB acredita nessa ideia e a pratica enquanto governo.

Nestas reuniões devem ser avaliados o andamento físico e financeiro dos programas e projetos do portfólio.

Complementarmente, devem ser analisados outros aspectos, como o andamento do cronograma, a aderência do custo aos valores originalmente orçados, a identificação e resposta aos riscos dos projetos do Programa, as entregas realizadas e os marcos críticos superados, bem como os principais gargalos do programa/projeto.

Trata-se, portanto, de uma metodologia proativa, que procura

antecipar não apenas problemas, mas riscos de execução dos projetos, de forma a garantir a perfeita execução dos mesmos.

Cabe observar, por fim, que a expectativa de implantação dos diferentes componentes desse modelo de gestão relacionam-se ao alinhamento do planejamento estratégico, à gestão do portfólio de programas e projetos, à compatibilização dos mesmos com a programação orçamentária, o que deve prover uma metodologia intensiva de gerenciamento de programas e projetos, orientado para resultados.



O Pacto pela Vida, em Pernambuco e o Estado Presente, no Espírito Santo, são verdadeiras tecnologias sociais a serviço dessa ideia. Em ambos os casos, segurança pública deixa de ser problema de política, para ser tema da política e da construção da cidadania.

BANDEIRAS NACIONAIS DO PSB

Apresentam-se as bandeiras partidárias que emergiram do processo de Planejamento Estratégico ciclo 2015-2018, complementadas por propostas desenvolvidas no âmbito da Fundação João Mangabeira.

Ainda que as eleições de 2016 sejam municipais, os candidatos do PSB devem ficar atentos às bandeiras na esfera nacional, pois elas servem de guia para a ação articulada do partido em todo o País, fato que seguramente contribuirá para consolidar o projeto nacional do Partido.

Nesse sentido, convém destacar as tarefas centrais que emergiram do processo de Planejamento Estratégico 2015-2018, pois elas orientam a atuação partidária nesse período.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A principal tarefa que se apresenta ao PSB refere-se a prover ao País um processo verdadeiro e abrangente de desenvolvimento sustentável e integral, tendo como pilares o desenvolvimento econômico e a superação dos nossos graves problemas sociais.

A construção desse projeto de desenvolvimento, por sua vez, deve partir da organização de recursos, dos ativos materiais e imateriais de nossa sociedade e implica primeiramente uma definição das prioridades estatais, com destaque para a equa-

ção que equilibre de forma mais adequada os investimentos, gastos sociais, em comparação com o serviço da dívida pública.

Vale notar que nos últimos anos não se tratou de forma satisfatória do peso que o serviço da dívida pública representa e, muito menos, do ônus que impõe à condução das demais políticas públicas.

Ao longo dos trinta e um anos da redemocratização, se manteve intacta a lógica de remunerar o capital – especialmente por meio do pagamento de juros sobre a dívida soberana –, sem que se tenha empreendido um esforço expressivo para solucionar essa condicionante de nosso desenvolvimento, a exemplo daquele que nos levou a superar a hiperinflação, com o Plano Real. Nesse período o Brasil abriu mão do desenvolvimento.

Evidentemente ninguém advoга atitudes irresponsáveis nessa área, mas é preciso conceber um nível mínimo de planejamento para que o País possa se ver livre desse fardo, que de longa data limita suas possibilidades de desenvolvimento. Para que se compreenda o relevo deste tema

basta recordar que os encargos da dívida pública em 2015 superaram o patamar dos R\$ 500 bilhões, o que compromete de maneira expressiva as finanças das três esferas de governo.

Neste contexto, o PSB entende como fundamentais ao processo de desenvolvimento sustentável as bandeiras indicadas a seguir.

Mudanças Climáticas

Do ponto de vista ambiental, que em uma perspectiva integrada implica diretamente os aspectos sociais e econômicos, defendemos que o governo brasileiro ratifique o Acordo de Paris, o que requer iniciativas do Legislativo e do Executivo, uma vez que esses poderes devem corroborar formalmente, por meio de decretos específicos, os compromissos assumidos pelo Brasil na 21ª Conferência das Partes (COP-21), realizada em Paris.

Articular ações para implementar as metas contidas na Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (INDC) do Brasil incluem, entre outros compromissos, o reflorestamento e a restauração de 12 milhões de hectares; a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; a implantação do sistema integração lavoura, pecuária, floresta em 5 milhões de hectares; e a participação de 18% de biocombus-

tíveis na matriz energética e de 23% de energia renovável (além da hídrica) no fornecimento de energia elétrica até 2030.

Infraestrutura

Tema igualmente estratégico para fins de desenvolvimento é o da infraestrutura. Cabe-nos equacionar a questão das estruturas físicas que o Brasil precisa criar, para superar a situação de crescimento intermitente em que se encontra.

Vale observar, quanto a esse aspecto, que todos os movimentos de expansão ao longo das últimas décadas têm sido limitados pelas ameaças inflacionárias, que decorrem de restrições infraestruturais, que rapidamente transformam aumento de demanda em aumento de preços.

Esse tema essencial não pode estar sujeito, por exemplo, à intermitência e desarticulação que caracterizam iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Um processo adequadamente organizado nesse campo arranca de uma leitura de longo prazo, em que estarão implicados o adequado esforço orçamentário estatal – que exige a reorganização de todas agências estatais, que devem ser orientadas à ampliação de sua produtividade; a articulação com a sociedade civil e lideranças empresariais; o empoderamento das instâncias sub-



Os projetos políticos que não valorizam o componente socioambiental têm se demonstrado desastrosos para a natureza e para a sociedade humana. Só há desenvolvimento ou civilização se, de partida, for considerado que um presente insustentável hipoteca em benefício de poucos as possibilidades de futuro da espécie. Nesse sentido preciso, o socialismo corresponde ao desejo de apaziguar sob os preceitos civilizatórios, as forças produtivas que o capitalismo libertou e não tem tido meios de controlar.

nacionais e, por fim, a mobilização e o engajamento dos agentes econômicos e, particularmente, da classe empresarial.

Trata-se, portanto, do estímulo ao protagonismo da sociedade civil e instâncias subnacionais, apoiado por políticas públicas apropriadas, por um Estado Nacional que, compreendendo a importância da infraestrutura para o desenvolvimento, crie um ambiente propício e seguro para que a iniciativa privada exerça e desempenhe adequadamente o seu importante papel, sob o contro-

le disciplinador do Estado, que para tanto deve qualificar e profissionalizar seus quadros.

Individualizando os investimento em infraestrutura de que o Brasil carece, pode-se indicar que são necessários:

- Portos mais eficientes e aeroportos regionais, que integrem as diferentes regiões do País.
- Planejamento logístico que articule os diferentes modais de transporte, para ganharmos eficiência e, conseqüentemente, competitividade com relação ao resto do mundo. Neste contexto, pro-

mover a expansão da malha ferroviária nacional.

- Telecomunicações de melhor qualidade e maior disponibilidade, a custos menores.
- Gestão adequada e eficiente de recursos hídricos, elemento estratégico para nossa economia e para a vida nas cidades.

Tudo isso, a rigor, está por fazer, visto que pouco avançamos nos últimos anos. Falta-nos conceber estratégias e políticas para tratar de forma adequada de nossas limitações energéticas, propondo soluções inovadoras.

Há que se ressaltar que apesar de seu imenso potencial hídrico, das possibilidades da energia eólica, das promessas da microgeração de energia, o Brasil promoveu nos últimos períodos de governo uma degradação de sua matriz energética, que apesar disso ainda permanece entre as mais limpas do mundo.

Aumentamos nossa dependência de combustíveis fósseis e escolhemos estratégias anticíclicas que estimularam o aumento da frota de veículos, decisão essa associada ao par crédito fácil/aumento de consumo popular.

Política Industrial

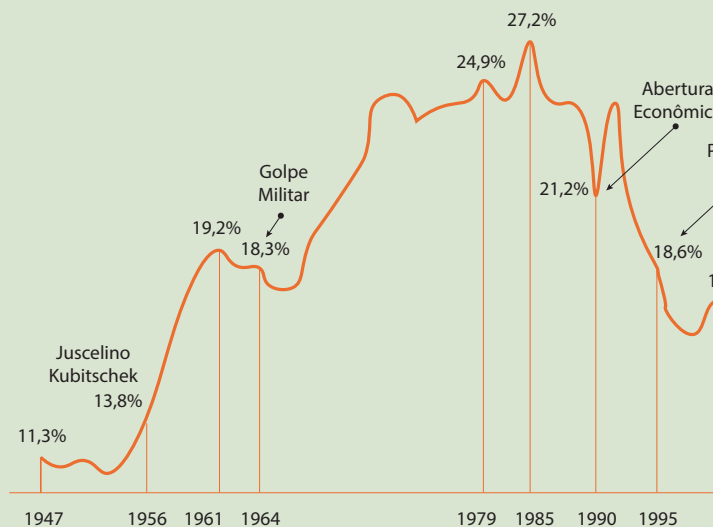
O que se espera da política industrial é uma contribuição decisiva para revolucionar esse setor econômico, na direção da inovação e dos ganhos de produtividade e competitividade.

É preciso observar, de modo muito especial, que uma política industrial vigorosa é de suma importância, porque como o demonstra a experiência internacional, países verdadeiramente soberanos têm estruturas industriais fortes e pujantes.

Para alcançar essa meta é necessário adequar as estratégias, minorando o papel do paradigma defensivo da proteção do mercado interno, para implementar iniciativas de qualificação produtiva e inovação.

Nesse contexto, é essencial desenvolver um novo modelo de relacionamento empresas/institutos de pesquisa, de tal modo que essa aproximação seja benéfica aos dois lados, propiciando aumento de verbas para pesquisa pura e aplicada, que se fará acompanhar de qualificação tecnológica das empresas.

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO



Vale observar, por fim, que há várias questões associadas a uma política industrial que faça diferença, valendo citar a gestão cambial, a desoneração de exportações e folha de pagamento e a transparência absoluta quanto a incentivos governamentais.

Reforma tributária

to do mundo – compondo, dessa forma, parte expressiva do que se costuma chamar "custo Brasil".

Qualquer pretensão de desenvolvimento, mesmo as mais restritas em suas expectativas, precisa passar afirmativamente por esse tema e apresentar ao País uma proposta concreta e factível de reforma tributária.

Distribuição da carga tributária por esfera como % do PIB

Esfera	2005	2010	2014
União	23,4%	22,5%	22,9%
<i>Receitas Tributárias (exc. rec. prev.)</i>	17,9%	16,5%	16,6%
<i>Receitas Previdenciárias</i>	5,5%	6,0%	6,3%
Estados	8,6%	8,3%	8,5%
Municípios	1,6%	1,8%	2,1%
Carga Tributária Total (em relação ao PIB)	33,6%	32,6%	33,5%

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal - CETAD - Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

No Brasil se observa uma ampla injustiça tributária, que se demonstra pelo fato de que os mais pobres pagam mais impostos que os ricos, como proporção da renda.

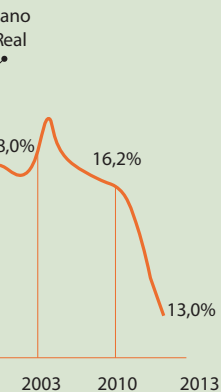
Esse efeito, por sua vez, é gerado por um sistema tributário regressivo, cujo ônus recai sobre o consumo, incidindo menos sobre a renda e o patrimônio.

À parte desse quadro geral é preciso considerar, ainda, que nosso regime tributário onera demasiadamente o processo produtivo e contribui, portanto, para reduzir a competitividade econômica do País, com relação ao res-

Dentre os elementos que se devem fazer presentes estão, seguramente, o aumento da progressividade dos impostos, a desoneração da produção, a simplificação do conjunto de impostos e a modicidade, visto que o contribuinte além de pagar muito, tem um enorme ônus administrativo para fazer face a suas obrigações fiscais.

É fundamental considerar, ainda, a questão da distribuição da carga tributária por unidade federada, visto que a União detém, segundo dados de 2014, 68,47% do total, ao passo que 25,35% ficam com Estados e

NO PIB (1947 - 2013)



apenas 6,19% com Municípios (Carga Tributária no Brasil 2014, Ministério da Fazenda, Receita Federal, CETAD - Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, outubro 2015). Note-se que desde 1988 os Municípios têm recebido muitas incumbências novas, em função de previsão constitucional.

Economia criativa

Sob a perspectiva da geração de renda e empregos, da qualificação tecnológica do País, da promoção da imensa diversidade cultural que nos caracteriza como povo, é fundamental que se desenvolvam políticas ativas e coerentes direcionadas à economia criativa.

Vale notar que essa atividade articula inovação, cultura e conectividade de pessoas e instituições, instaurando por esse meio redes que potencializam a criatividade, produtividade e sentimento de pertencimento e convivência em um espaço público plural.

Devido a essa característica, a economia criativa permite conectar todas as ações de interesse público, para ampliar a qualidade de vida e oportunidades para os cidadãos.

A vivacidade desse segmento é essencial, ainda, à dinamização da economia em geral, além de abrir perspectivas completamente novas no cenário internacio-

nal, com destaque para o complexo de atividades que gravitam em torno, por exemplo, do turismo.

Para que se tenha uma ideia de escala, o Relatório de Economia Criativa 2013 indica que comércio mundial de bens e serviços criativos totalizou um recorde de US\$ 624 bilhões em 2011, tendo mais do que duplicado entre 2002 e 2011. Nesse período, as exportações de produtos do segmento observaram aumento médio anual de 12,1% nos países em desenvolvimento.

Segundo a mesma fonte, a contribuição de atividades culturais privadas e formais representa, em média, 5,2% do PIB (Produto Interno Bruto) em 40 países pesquisados pela UNESCO. A título de destaque, são relacionados Bósnia e Herzegovina (indústria criativa representa 5,7% do PIB), Equador (5%), Argentina (3,5%) e Colômbia (3,4%)¹.

Empreendedorismo

Iniciativas governamentais bem sucedidas de combate à pobreza, distribuição de renda, geração de emprego devem compreender uma política no âmbito do empreendedorismo.

Tal estratégia é essencial tanto para a oxigenação da economia, para a inovação, quanto para prover alternativas viáveis de sobrevivência com autonomia da popu-

¹ **Fonte:** Creative Economy Report, 2013. Special edition: Widening local development pathways.

lação mais pobre, que não raro se vê sem as aptidões requeridas pelo mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, impõe-se conceber e implementar políticas para o estímulo à pequena e média empresa – fundamental no que se refere à ocupação da mão de obra – e ao cooperativismo, associado este a iniciativas que estimulem a economia solidária.

Desenvolvimento regional

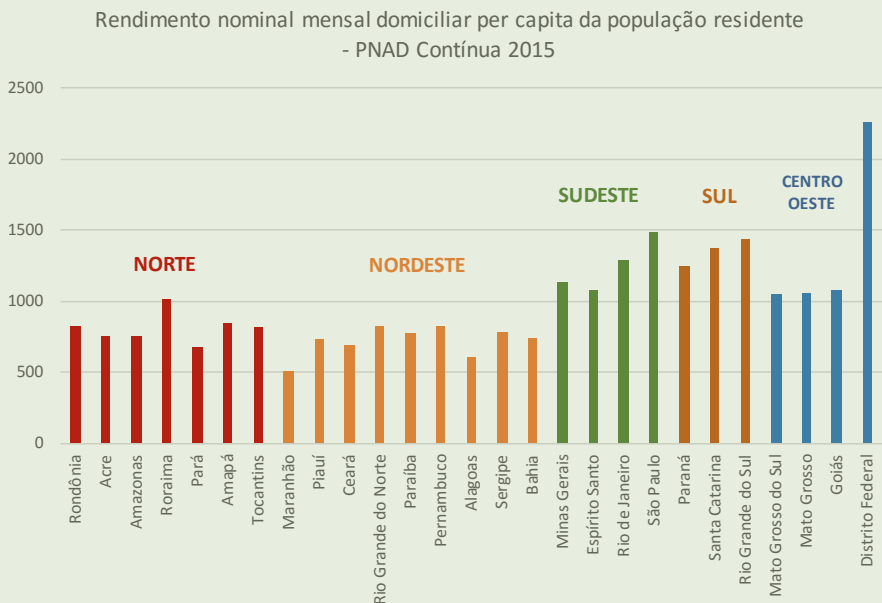
O PSB se alinha em termos programáticos às correntes de pensamento que historicamente compreenderam que a desigualdade regional compromete o desenvolvimento do Brasil. Neste contexto, merecem destaque a obra de Celso Furtado e pensa-

mento social e político de Miguel Arraes.

Importa lembrar que por muito tempo se caracterizou nosso subdesenvolvimento, entre outros fatores, pela persistência de uma desigualdade social e econômica que separava o País ao meio, observando-se um vasto território de pobreza em tudo que excedesse as regiões sul e sudeste.

Vários indicadores captam as disparidades regionais, como por exemplo o rendimento nominal mensal, apurado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que se apresenta no gráfico abaixo.

Não foram poucas as tentativas de modificar esse cenário e,



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2015.

muito recentemente, se configurou uma tendência de crescimento econômico mais significativo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as duas primeiras em função do aumento de dinamismo do setor agroexportador e a última em decorrência da inclusão de um conjunto relevante de sua população nos circuitos de consumo do País.

Esse avanço, contudo, não pode ser considerado suficiente e o PSB compreende que, no âmbito do Estado Nacional, precisa ser formulado um planejamento mais consistente e efetivo de desenvolvimento regional, que além de trazer maior dinamismo econômico às distintas regiões, as integre do ponto de vista logístico, em suas matrizes produtivas etc. Nesse sentido, temas como desenvolvimento industrial e logístico; ampliação de infraestrutura aeroportuária e de telecomunicações; formação de recursos humanos; investimentos em ciência, tecnologia e inovação devem ser articulados a partir de uma perspectiva regional.

Vale notar, ainda, que as particularidades regionais se constituem em ativos importantes para o desenvolvimento do conjunto do Brasil. É o caso, por exemplo, da Região Norte, que possui uma rica biodiversidade a partir da qual podem ser desenvolvidas várias atividades, de que são exemplos os fármacos, aplicações de

distintas naturezas em biotecnologia, cosméticos, ecoturismo.

Essas atividades têm a capacidade de propiciar alternativas de desenvolvimento de alto valor agregado, com o uso sustentável de recursos do bioma amazônico, propiciando oportunidades para a população regional, sem que isso coloque em risco seu patrimônio ambiental – que é mais amplo que a floresta tropical e compreende, entre outros elementos, toda cultura relacionada às nações indígenas e aos povos tradicionais.

No terreno do desenvolvimento regional interessa pensar, igualmente, na escala estadual e municipal, pois não é rara a situação que exige conceber estratégias de natureza regional, seja para fazer face a dificuldades, seja para melhor explorar oportunidades. Nossa legislação já reconhece a importância das regiões, razão pela qual existem vários instrumentos que permitem a articulação entre Municípios e destes com outras instâncias federativas.

Nesse sentido, vale a pena citar a institucionalização das regiões metropolitanas, os consórcios públicos, os comitês de bacias hidrográficas, os arranjos de desenvolvimento da educação, os arranjos produtivos. Ao se pensar o Programa de Governo e o ato de governar, deve-se ter em conta a perspectiva regional, por-

que ela pode contribuir de modo decisivo, por exemplo, para resolver problemas insolúveis ou extremamente onerosos na escala municipal.

Podem ser destacados nesse âmbito os consórcios de resíduos sólidos, a gestão de recursos hídricos por meio dos comitês de bacias, os hospitais regionais, as compensações ambientais para Municípios que são ricos em nascentes e mananciais e assim por diante.

REFORMA DO ESTADO

Organizar um projeto efetivo e sustentável de desenvolvimento tem pressupostos que devem ser adequadamente atendidos. Impõe-se em particular reinventar o Estado brasileiro, começando por transformar o setor público de dentro para fora, de modo a torná-lo mais estratégico, dinâmico, meritocrático e transparente.

Essas iniciativas têm por objetivo aumentar a eficiência e eficácia da ação estatal, ampliando sua economicidade, definindo focos de atuação, com base nos modelos de organização da saúde, educação e assistência social, políticas de Estado que estão entre as maiores conquistas do período democrático – mesmo que se deva considerar haver muitas insuficiências a serem superadas, especialmente em termos de qualidade dos serviços.

O PSB quer transformar o Estado brasileiro em produtor de serviços de qualidade para a população, em lugar de servir prioritariamente aos interesses patrimonialistas e clientelistas, ou ser presa de concepções corporativistas, que têm demonstrado seus efeitos funestos durante o curso da longa e aguda crise pela qual passamos recentemente.

Novo federalismo

A reforma do Estado, para ser produtiva, demanda a implantação entre nós de um novo federalismo, que torne compatíveis, do ponto de vista orçamentário, as competências atribuídas a cada esfera de Governo, ampliando ainda a transparência e o controle social sobre as políticas públicas. Essa meta envolve questões complexas como uma reforma tributária que permita:

- Reverter o quadro atual, em que os segmentos de menor renda pagam proporcionalmente mais impostos que os segmentos mais ricos da população.
- Fortalecer Estados e Municípios, permitindo aos últimos legislar sobre algumas matérias que hoje são de competência exclusiva da União.
- Qualificar governos estaduais e municipais para a concepção e implementação de políticas públicas, de forma a superar a verdadeira tutela que a União exerce sobre as instâncias subnacionais,

por meio de programas descentralizados quanto a sua execução, mas totalmente dependentes do orçamento federal.

Não se pode aceitar que perca essa tutela, porque ela prejudica de forma dramática a efetividade dos governos estaduais e municipais, mantendo-os ainda em uma condição subalterna ao Governo Federal, fato que não raro tem implicações eleitorais relevantes.

Reforma política

Há que se rever, por meio de uma reforma política, eleitoral e partidária, os fundamentos do financiamento de campanha e as normas para criação de partidos. Desse modo, o PSB entende necessário, como elementos essenciais no âmbito desta bandeira:

- Fortalecer os partidos políticos, com o propósito de evitar a pulverização partidária, que tem levado ao mercantilismo da política.
- Ampliar a participação popular, que deve ser contemplada particularmente em decisões que envolvam interesses estratégicos do País.
- Diminuir o peso do poder econômico nas campanhas eleitorais, para evitar situações em que a expressão da vontade popular se veja viciada pela atuação de grupos de interesse, detentores de grande poderio financeiro.

Além disso evidencia-se a necessidade de que a refor-

ma alcance os três poderes da República, tornando-os mais estratégicos, dinâmicos, meritocráticos e transparentes.

Parlamentarismo

A adoção do regime parlamentarista já esteve em pauta no Brasil em outros momentos de sua história.

É preciso considerar, contudo, que em nenhuma outra oportunidade se fizeram tão claras suas virtudes e as razões pelas quais se deve considerá-lo como alternativa legítima de organização de nossa vida política.

Vale observar, sob esse aspecto, que o regime parlamentar permite lidar de forma muito menos traumática com crises como a que assistimos no presente momento, evitando que se estabeleça uma clara submissão de todas as atividades sociais, inclusive as econômicas, ao andamento nem sempre linear do embate político.

Complementarmente à plasticidade com que permite equacionar crises, o Parlamentarismo traria uma enorme contribuição para nossa cultura política, pois fatalmente conduziria a uma disciplina partidária mais estrita, à qualificação da representação popular e a uma discussão transparente, republicana, sobre o modos e formas de compor a maioria parlamentar, sem a qual a tarefa de governar acaba por se inviabilizar.

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Ao mesmo tempo que se endereça o tema do reordenamento do Estado e da vida pública, é fundamental atender aos requisitos imprescindíveis ao desenvolvimento, que têm como primeiro elemento um esforço concentrado e persistente de aprimoramento da educação pública, com requalificação e melhorias sensíveis na educação básica. Nesse mesmo contexto, temos que:

- Ampliar a escolarização.
- Erradicar o analfabetismo absoluto e funcional.
- Desenvolver, nos jovens, competências em matemática, na compreensão de textos complexos.

O Brasil precisa formar uma juventude politicamente ativa e interessada, que se perceba como agente absolutamente relevante em uma sociedade cuja escala é planetária atualmente. Com fundamento em uma educação básica que se caracterize pela excelência acadêmica, cumprir:

- Massificar as carreiras técnicas, os diferentes ramos da engenharia.
- Formular e executar estratégias para aproximar as instituições de ensino e pesquisa das empresas.
- Contribuir para que os quadros das últimas absorvam mais mestres e doutores.

É fundamental incentivar nossas empresas a assumirem, como parte de suas rotinas internas, os processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Todas essas iniciativas, evidentemente, devem estar explicitadas em políticas ativas de ciência, tecnologia e inovação.

Do ponto de vista estrito da política de educação, e como forma de se atender aos requisitos aqui indicados, o PSB defende a:

- Ampliação da educação em tempo integral.
- Expansão e qualificação dos Institutos Federais (IFs), das universidades federais.
- Garantia do acesso e permanência dos estudantes e a valorização dos professores.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O conjunto das ações na área de ciência, tecnologia e inovação deve ter um propósito preciso: reverter a tendência à primarização pela qual passa a economia brasileira, recuperando a participação da indústria de transformação no PIB, associando tal movimento ao estímulo à geração de serviços de alto valor agregado e tecnológico.

Para que se alcance tal patamar, ciência, tecnologia e inovação devem ser integradas às rotinas produtivas das empresas, convertendo-se em fatores de au-

mento de produtividade e competitividade.

Nesse cenário, é fundamental que se considere complementarmente a necessidade de se conferir adequada prioridade à agricultura familiar, que deve contar com maior e mais efetivo apoio técnico, creditício e financeiro, para que o segmento possa ter um desempenho dinâmico na economia nacional, propiciando melhores oportunidades de inclusão e mobilidade social.

Saliente-se que essa atenção particular à agricultura familiar envolve tanto os aspectos da justiça social, como a questão econômica de forma mais imediata, visto que o segmento é o principal responsável pela produção de alimentos no Brasil.

Por outro lado, o agronegócio tem exercido papel relevante, tanto em termos de produto, quanto para fins da pauta exportadora e, portanto, precisa ter tratamento adequado a seu peso na economia nacional, o que demanda políticas adequadamente desenhadas para potencializar tais atividades.

Sintetizando e complementando o conjunto do pensamento do PSB quanto ao tema tratado nesta seção, há convicção partidária de que:

- O rearranjo da relação indústria extrativa e de transformação; a qualificação tecnológica da atividade agropastoril, das mono-

culturas de exportação e da agricultura familiar.

- O adensamento de serviços de alto componente tecnológico, em lugar dos serviços urbanos de baixa qualificação que vemos proliferar atualmente.
- A revolução da educação pública.

Conduzirão a impactos dramáticos na qualidade do emprego, com consequências positivas sobre a remuneração dos trabalhadores, gerando perspectivas objetivas de inclusão e ascensão social.

POLÍTICAS SOCIAIS

No âmbito das políticas sociais, requer-se que retomemos a inspiração que nos legou a Constituição Cidadã de 1988, abandonando definitivamente o terreno das soluções provisórias e improvisadas, para equacionar políticas de Estado que mudem significativamente a qualidade de vida das pessoas, no contexto de um projeto de desenvolvimento que permita vislumbrar de modo claro as diretrizes e metas, em um horizonte de uma década, por exemplo.

Nesse horizonte de tempo, o que interessa ao Brasil não são apenas as políticas assistenciais, mas a construção de um verdadeiro modelo de seguridade social, aos moldes do que se construiu na Europa Ocidental, a

partir da Segunda Guerra Mundial.

Não podemos esperar ou desejar pouco nesse âmbito. Um desenvolvimento que se queira revolucionário, no contexto da realidade brasileira, encontra nos padrões civilizatórios alcançados por países econômico e socialmente desenvolvidos um referente adequado.

Pensamos aqui, portanto, em atenção à saúde de qualidade e acesso universal; em seguridade social abrangente; em proteção à maternidade que proteja de forma efetiva o período perinatal. Esse deve ser o patamar mínimo de nossas pretensões e seu atingimento se inicia justamente por priorizar políticas estruturantes de Estado, em lugar de políticas de governo.

Tal compreensão não representa apenas uma perspectiva política, mas tem claro fundamento diagnóstico. Basta pensar para tanto na importância do Sistema Único de Saúde (SUS), da aposentadoria social rural, do salário mínimo, para fins de superação da pobreza, ou em termos de inclusão social.

Não há termo de comparação possível, nesses casos, com relação a programas de governo, que podem sofrer solução de continuidade até mesmo no curso de um mesmo mandato.

Sob o aspecto de assegurar qualidade de vida à população,

o PSB preconiza a necessidade de se desenvolver em escala nacional **programa de enfrentamento à violência, ao crime organizado, tráfico de drogas e armas** etc., ao qual se deve articular ações e iniciativas das demais políticas públicas – com destaque para educação, cultura, assistência, lazer, recreação e mobilidade urbana.

O propósito dessa iniciativa consiste em promover o desenvolvimento socioterritorial das localidades e comunidades que se encontram em condição de vulnerabilidade e, portanto, mais sujeitas às estratégias próprias ao crime organizado, que de um modo geral realiza uma verdadeira ocupação das áreas em que atua.

Reforma urbana

Ainda em termos das políticas sociais, considerados os primados da qualidade de vida e da cultura de paz – que implica reduzir substancialmente a sensação de insegurança que acomete as cidades brasileiras de diferentes portes – impõe-se tratar do tema da reforma urbana, do qual o PSB tem sido um antigo militante. O Partido tem pensado essa temática considerando em seu âmbito questões relativas à melhoria da mobilidade, transporte público, moradia, assistência à saúde, segurança, esporte, cultura e lazer.

Deve-se considerar, complementarmente, que o tema da reforma urbana tem um lugar central no próprio projeto de desenvolvimento que se pretende implementar no País.

Para tanto, é preciso considerar que as cidades e, em particular, as grandes áreas metropolitanas, instituem vantagens competitivas relevantes, no cenário de uma ordem internacional extremamente competitiva. Para compreender essa afirmação é preciso superar o velho paradigma de que as vantagens competitivas locais se relacionavam essencialmente ao farto pro-

vimento de mão de obra barata e infraestrutura urbana.

A rigor, as grandes cidades e sua enervação econômica, social, cultural e tecnológica com o entorno geram uma intensificação de relações que propicia, por sua vez, uma verdadeira redução de custos e aumento de efetividade econômica.

No caso do Brasil, portanto, a agenda para as cidades associa os desafios de:

- Recuperar o atraso no provimento dos serviços públicos urbanos – saneamento ambiental, habitação, transportes, gestão de recursos hídricos etc.

Reforma urbana, regularização fundiária, titulação de posses urbanas e rurais: essas políticas podem ter efeitos virtuosos em várias dimensões da realidade brasileira. É preciso, contudo, começar praticamente do zero e o PSB está disposto a liderar esses temas no âmbito político e social.



- Propiciar ao espaço urbano um novo conjunto de possibilidades econômicas, baseado fundamentalmente em sua capacidade de gerar relações, articular segmentos econômicos, saberes, competências tecnológicas etc.

Note-se que as políticas setoriais percorridas, ainda que brevemente nessa seção, devem ser articuladas e harmonizadas para compor um mesmo e único esforço de desenvolvimento, que seja capaz de promover inclusão e justiça social e inserção soberana do Brasil, na ordem internacional.

Regularização fundiária

Parcela considerável da riqueza nacional está materializada na forma de patrimônio imobiliário, que a população detém de modo irregular ou, simplesmente, ainda não registrado.

Nesse campo se abre, portanto, um espaço extraordinário para as ações do poder público. Trata-se da titulação da propriedade urbana e, por extensão, das posses rurais, em vastas comunidades do Brasil.

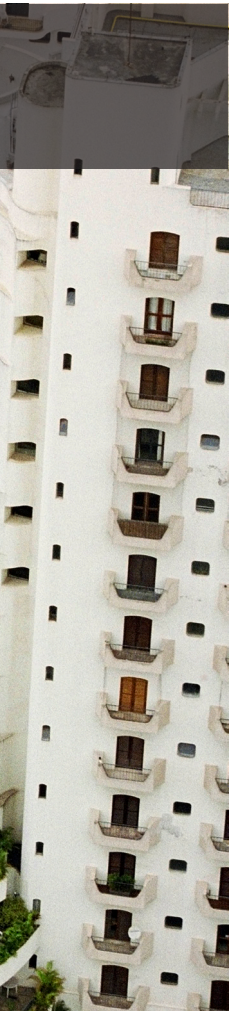
Tal processo, se desencadeado, influenciaria diretamente ao menos 15 milhões de detentores de títulos de posse irregulares, e beneficiaria de forma indireta famílias compondo uma população de cerca de 60 milhões de pessoas.

A titulação de cerca de 15 milhões de habitações regularizáveis, que passem a ter sua matrícula no respectivo registro de imóveis, dará um notável impulso à economia da construção civil autônoma e passaria a demandar mais infraestrutura complementar urbana. Mais impostos municipais serão arrecadados pela valorização de loteamentos regulares inteiros e de antigas comunidades informais.

Esse verdadeiro "choque de riqueza" pode ser calculado, em função da valorização imobiliária a ser trazida pela titulação fundiária, como algo da ordem de R\$ 1 trilhão. Esta seria uma política social muito mais arrojada do que a atual, que opera sobre os fluxos de rendimentos que o pobre leva para casa, mensalmente.

Aqui a proposta não é atuar sobre fluxos, mas sim, diretamente sobre o valor do estoque acumulado do patrimônio do cidadão informal.

Um programa nacional de titulação urbana e rural se fundamentaria no instituto da "usucapião administrativa", adequando-se a Lei 11.101, de julho/2009, a mesma que lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida. Tal iniciativa poderia ser implementada em menos de um ano, se utilizada a estratégia indicada.



PARTIDO, ESTADO, GOVERNO, SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS POPULARES

Cabe, por fim, tecer considerações sobre as relações entre o PSB, sociedade civil, Estado e governos, elemento essencial à adequada caracterização de seu projeto político para o País.

As relações do PSB com as instituições da sociedade civil, movimentos populares e segmentos organizados são pautadas por seu principal valor programático, ou seja, o socialismo democrático – o que significa dizer que o Partido crê que a luta política se desenrola em meio à pluralidade, de tal forma que a sociedade não se veja guiada a partir de uma perspectiva exclusivista.

Para que a perspectiva do socialismo democrático possa se tornar realidade é fundamental separar partidos e movimentos sociais, pois apesar de serem ambos institucionalidades da sociedade civil, o partido político está vocacionado a ascender ao poder e conduzir o aparelho de Estado.

Essa possibilidade específica e exclusiva que os partidos políticos têm do ponto de vista institucional requer enorme cuidado no estabelecimento das relações deste com entidades da sociedade civil.

Por que essa cautela se impõe? Em primeiro lugar, para se evitar que o movimento social ve-

nha a ser cooptado pelo partido, fato que implicaria na subordinação dos interesses de seus representantes às necessidades do primeiro ente.

A situação contrária também merece cuidado, ou seja, o partido político não pode ser instrumento de ação de um movimento social, sob pena de se tornar sectário do ponto de vista político.

A separação clara entre Partido, Governo e Estado também é parte de uma democracia saudável. Nem Governo, muito menos Estado, podem se ver réus de um projeto político, por mais qualificado que ele o seja. O ato de Governo, a decisão de Estado são expressões da soberania popular e assim devem ser conduzidos.

Dessa forma, o PSB advoga o princípio de que cada instância – movimentos sociais, Partido, Governo e Estado – deve se manter autônoma, para que se assegure à sociedade como um todo o benefício inestimável da vida democrática, que só pode se dar por meio de amplas liberdades civis e econômicas, pluralidade ideológica, liberdade de culto, respeito às diferenças de gênero, orientação sexual, raça e etnia – observando-se sempre o anseio da igualdade em oportunidades e a necessidade da equidade.

Impressão

Capa: Papel Supremo LD 250 gr

Laminação Bopp Fosca Frente.

Miolo: Couche Fosco LD 115

Qualidade Gráfica e Editora

Polo Jk Trecho 1 conjunto 3 lote 6

Santa Maria/DF

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60441-21-1



9 788560 441211

Celebramos em 2016 cem anos de nascimento de Miguel Arraes, marco que nos adverte para o fato de que nunca bastará aos que advogam as causas populares alcançar o poder. Nos cabe, na verdade, construir uma civilização em que os princípios, valores e compromissos que abraçamos façam sentido. Temos que nos diferenciar desde o ponto de partida, na campanha, mas isso não bastará. Aos socialistas e democratas verdadeiros impõe-se reinventar o ato de governar, para que o povo nele se reconheça e imprima nos governos suas marcas. Esta trajetória é percorrida por Renato Casagrande no presente volume e será de grande valia para todos que, como Miguel Arraes, se indignam com a realidade e querem, portanto, transformá-la.

Carlos Siqueira, Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro

